

# ALAVOURA

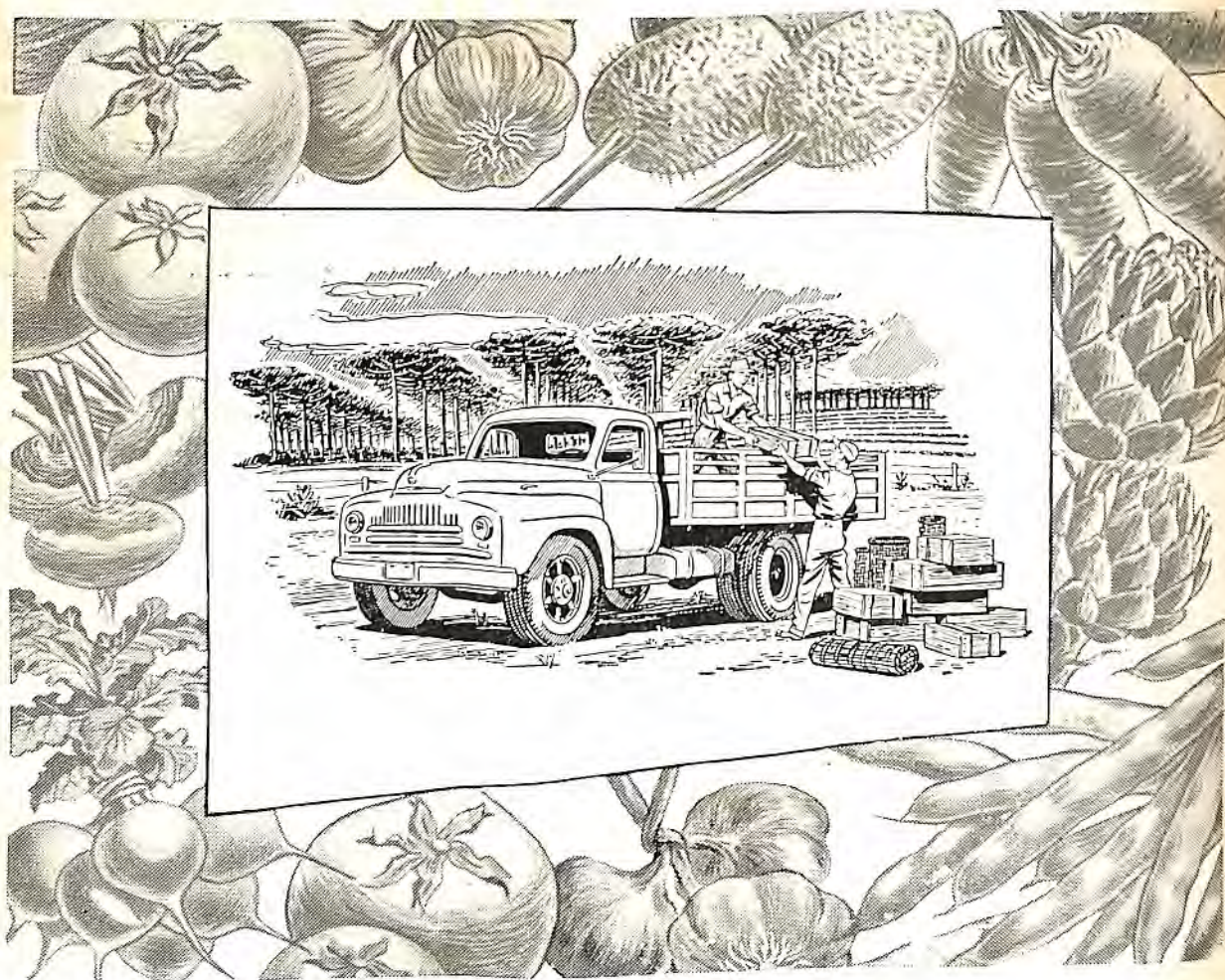
FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



O TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL — CARASINHO (da esquerda para a direita) Manoel Vargas — Secretário da Agricultura; Ernesto Anoni — Prefeito Municipal; Humberto Gobbi — Deputado Federal.

RIO DE JANEIRO — BRASIL  
SETEMBRO - OUTUBRO 1952



1204

## Uma árvore "vale" uma vida

• A *International Harvester* assegura aos seus clientes o mais completo sistema de assistência técnica através de cursos de treinamento, livros de instruções e filmes educativos.

Na antiga Grécia, quem derrubava uma oliveira era condenado à pena de morte!... Os gregos levavam, assim, a um rigor extremo a sua consciência do valor de uma árvore útil. Hoje se sabe que quem sofre a pena de morte com a derrubada indiscriminada das árvores é... o próprio solo, delas desprotegido. Faça, pois, o imediato replantio dos bosques ou matas de sua fazenda, porquanto eles contribuirão decisivamente para a sua estabilidade material e econômica. E mediante a proteção adequada de suas terras, a sua fazenda produzirá mais e melhor, permitindo-lhe aumentar suas remessas para os mercados consumidores.

Consulte o Concessionário I. H. mais próximo

# INTERNATIONAL HARVESTER

## MÁQUINAS, S.A.

FORÇA INDUSTRIAL INTERNATIONAL - CAMINHÕES  
INTERNATIONAL - TRATORES e MÁQUINAS  
AGRÍCOLAS MCCORMICK INTERNATIONAL

RIO DE JANEIRO: AV. BARÃO DE TEFÉ, 74 \* SÃO PAULO: RUA ORIENTE, 57 \* PORTO ALEGRE: RUA GASPAR MARTINS, 203



A CULTURA DO TRIGO AVANÇA, NO RIO GRANDE DO SUL, IMPELIDA PELA MECANIZAÇÃO.

## S U M A R I O

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Novos rumos na Agricultura — Prof. Arthur Torres Filho .....                            | 3  |
| O 30.º Dia Cooperativo Internacional — Fábio Luz Filho .....                            | 5  |
| 1.ª Conferência Rural Brasileira .....                                                  | 6  |
| Engenheiro Ildefonso Simões Lopes — Luiz Marques Poliano .....                          | 20 |
| A Educação na Comunidade Rural Brasileira — Arthur Natividade Seabra .....              | 23 |
| Algumas considerações sobre o combate aos carrapatos — Eurico Santos .....              | 24 |
| Plano de Fomento da Pecuária do Distrito Federal .....                                  | 25 |
| As semanas ruralistas e os problemas do homem rural — Geraldo Goulart da Silveira ..... | 26 |
| Recuperação cafeeira .....                                                              | 28 |
| Os plantéis indianos são incomparavelmente inferiores aos do Brasil .....               | 30 |
| Primeiro Congresso Nacional do Fumo .....                                               | 33 |
| Serviço Social Rural .....                                                              | 35 |
| Um quarto de século a serviço do desenvolvimento agrícola do Brasil .....               | 37 |
| Consultas — Geraldo Goulart da Silveira .....                                           | 40 |
| Notícias e informações .....                                                            | 41 |
| Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" .....                            | 44 |
| Existem raças zebras leiteiras — Raul Briquet Junior .....                              | 44 |
| Preparação da farinha de soja — Arnaldo Addor .....                                     | 45 |
| Crédito Agrícola para o pequeno produtor — Romolo Cavina .....                          | 47 |
| A questão social na Agricultura — Prof. Arthur Torres Filho .....                       | 48 |

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA  
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

|                       |   |                                    |
|-----------------------|---|------------------------------------|
| Presidente Perpétuo   | — | DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA |
| Presidente Benemérito | — | DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES   |
| Presidente de Honra   | — | DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS       |

## DIRETORIA GERAL

|                     |   |                          |
|---------------------|---|--------------------------|
| Presidente          | — | ARTHUR TORRES FILHO      |
| 1.º Vice-Presidente | — | LUIZ SIMÕES LOPES        |
| 2.º Vice-Presidente | — | EDGAR TEIXEIRA LEITE     |
| 3.º Vice-Presidente | — | ANTONIO DE ARRUDA CAMARA |
| 1.º Secretário      | — | FREDERICO MURTINHO BRAGA |
| 2.º Secretário      | — | ADAMASTOR LIMA           |
| 3.º Secretário      | — | EURICO SANTOS            |
| 4.º Secretário      | — | CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES |
| 1.º Secretário      | — | KURT REPSOLD             |
| 2.º Secretário      | — | OTTO FRENSEL             |
| Secretário-Geral    |   | LUIZ MARQUES POLIANO     |

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE  
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ  
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES  
ENIO LUIZ LEITÃO  
FRANKLIN DE ALMEIDA  
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO  
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS  
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO  
MARIO DE OLIVEIRA  
GERALDO GOULART DA SILVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR

ALFEU DOMINGUES  
ALVARO SIMÕES LOPES  
ANAPIO GOMES  
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA  
APOLONIO SALLES  
ARMENIO DA ROCHA MIRANDA  
ARTHUR OBERLAENDER TIBAU  
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO  
CARLOS DE SOUZA DUARTE  
DIOGENES CALDAS  
EDUARDO DUVIVIER  
EUVALDO LODI  
FABIO FURTADO LUZ  
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF  
HUMBERTO BRUNO  
IRIS MEINBERG  
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA  
ITAGYBA BARÇANTE  
IVO LEÃO  
JERONIMO ANTONIO COIMBRA

JOAQUIM CAMARA FILHO  
JOSAFÁ MACEDO  
JOSÉ SAMPAIO FERNANDES  
JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA  
JULIO CESAR COVELO  
JUVENAL LAMARTINE  
LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA  
LAURO PIRES XAVIER  
LAURO FORTES BUSTAMANTE  
MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA  
MANOEL NETO CAMPELO JUNIOR  
MARCIAL G. TERRA  
MARIO VILHENA  
ORMEU JUNQUEIRA BÓTELHO  
PAULO PARREIRAS HORTA  
PEDRO FONTES  
ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELO  
RUI CARNEIRO  
SEBASTÃO SANT'ANA e SILVA  
WALDICK MOURA

## A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

**Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr.

Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Kurt Repsold; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Dr. Newton Beleza.

# A LAVOURA

FUNDADA EM 1897  
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVI

SETEMBRO - OUTUBRO — 1952

## Novos rumos na Agricultura

Prof. ARTHUR TORRES FILHO  
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Por um conjunto de razões de ordem econômica não soubemos, até hoje, tirar todo o proveito dos abundantes recursos contidos no nosso imenso território. A orientação deveria ser a de produzirmos para atender às nossas próprias necessidades, com um consumo interno sempre crescente e dispormos de sobras suficientes para serem lançadas na exportação de tudo aquilo quanto pudermos produzir em condições vantajosas. Para chegar a êsse resultado, carecemos de um aparelhamento moderno, a fim de elevarmos nossa capacidade produtiva com organização do trabalho (agrícola e industrial), em bases modernas, transportes, ensino profissional e capital.

O Norte, o Nordeste, o Centro e o Sul representam vastas extensões territoriais, exigindo estudos próprios do homem e do meio, nas quais as explorações agrícolas e industriais terão de ser planificadas atendendo às condições do ambiente, de modo que a evolução econômica seja caracterizada pelo desenvolvimento seriado, de necessidades filiadas uma às outras.

Num país imenso e despovoado, a colonização que significa a fixação do homem ao solo, representa necessidade fundamental ao progresso do país. Para orientá-la e resolvê-la, no dizer do Presidente Getúlio Vargas não devemos ter em consideração reivindicações de países de população agrícola intensa, exigindo melhor distribuição de terras e renovação de preceitos jurídicos que condições locais alterasse.

"Nesta altura do progresso social.econômico do Brasil, do que precisamos é de uma lei agrária que estabeleça, como ponto de partida para as demais soluções, **o conceito social da propriedade**. Êste conceito já decorre, aliás, da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem estar social, e estabelece que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização em dinheiro."

**E S. Exa. melhor acentua seu pensamento nas seguintes palavras:**

"Uma vez definidos os direitos de propriedade e os limites de concessões aos latifúndios, podemos apreciar o elemento humano e o capital, que com a terra integram os fatores essenciais do problema agrário, que é, inegavelmente, econômico e social.

País despovoado, devemos, por conseguinte, com seriedade, tratar dos problemas da colonização e da imigração, por meio de leis adequadas ao nosso meio." **E, no seu notável discurso de São José do Rio Preto, na campanha presidência, quando definiu os rumos da nossa política da terra, declarou:** Basta olhar no Brasil os exemplos de São Paulo e Rio Grande do Sul, para vermos como onde não há ranços feudais, a propriedade rural se vai, aos poucos, subdividindo com as partilhas e com a colonização."

**Com a criação do Instituto de Imigração e Colonização e de uma carteira de crédito para colonização no Banco do Brasil, estará o país apto a realizar o programa prometido pelo Presidente Getúlio Vargas, na sua plataforma na campanha eleitoral, falando ao povo e aos trabalhadores de São José do Rio Preto, em São Paulo, em 1950.**

"O objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é ensejar aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade de modo a evitar a proletarização das massas rurais e anular os efeitos anti-econômicos e anti-sociais da exploração da terra simultaneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna." (**Diretrizes para uma reforma agrária no Brasil-Comissão Nacional de Política Agrária**).

Poderá o Ministério da Agricultura, criado que seja também o Serviço Social Rural, traçar, com a colaboração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, os ramos novos para a realização da grande obra social e econômica necessária à Batalha da Produção Agrária, com o programa traçado pelo Presidente da República no apêlo, por S. Exa. dirigido à classe agrícola do país, cuja mobilização se impõe, por intermédio das suas entidades de classe, cuja expressão mais alta está representada pela Confederação Rural Brasileira.

Tenhamos sempre presente ao espírito o papel preponderante da agricultura, na nossa economia, principalmente diante do desenvolvimento notável da industrialização porquanto "o Brasil neste meio século, cresceu nas cidades e esqueceu o campo", (discurso do Dr. João Cleophas ao expressar-se como Ministro da Agricultura).

No que se refere à organização rural, a grande lacuna a preencher é a da ausência de um Código Rural que discipline as atividades do trabalho do campo, a exemplo das normas reguladoras existentes no comércio e na indústria.

Dentro dos postulados democráticos da nossa Carta Magna e, dispondo das medidas ora em curso, novos rumos poderão advir para a agricultura nacional e para o bem estar da coletividade brasileira.

# O 30º. Dia Cooperativo Internacional

FÁBIO LUZ FILHO  
Presidente do C. N. E. C.

Estamos aqui mais uma vez reunidos para comemorar a mais grata efeméride do Movimento Cooperativo universal.

Nesta data todos os versos cooperativistas e cooperadores do mundo não podem deixar de ter suas almas em festa.

Memoramos as lutas, as tergiversações, os desencantos, as tristezas e, finalmente, o esplendoroso triunfo daquele pugilo de bravos Tecelões de Rochdale. Sua lição de bom-senso, tolerância, operosidade, coragem moral e "temeridade", até hoje constitui motivo de admiração, e deveria erigir-se em força de emulação para todos os que abraçaram o ideal cooperativo e militam com sinceridade e denôdo em suas fileiras, ainda densas e disciplinadas no mundo, apesar de todos os impactos sofridos no curso destes últimos e terríveis tempos, no roldão bélico talador, nas porfias políticas, desajustamentos econômicos, irreduzibilidades ideológicas e quejandos motivos de incompreensões e atritos entre indivíduos e povos. Aquêlê ideal de harmonia que iluminou o caminho dos precursores e preludiava o advento de dias esplendentes e calmosos, ainda está longe de ser luminosa e incontrastável realidade, infelizmente, apenas do grande caminho percorrido e das imensas realizações nos domínios social, moral e material obtidos, brilhantes marcos a assinalar nobres votórias cooperativas.

Já alguém disse que o cooperativismo é, hoje, um sistema completo de organização social que tem a vantagem, sobre todos os outros que se batem pelo domínio do mundo, de ser o que não tem, em sua organização intelectual, como ideário, o ódio social e o político. Só por êste título terá, na história moral da Humanidade, um pôsto de honra, invejável e indiscutível.

Eram vinte e oito tecelões na fundação, quarenta no momento da constituição legal da Cooperativa, superado o obstáculo da responsabilidade ilimitada; hoje são milhões a lançar os fundamentos de uma nova ordem econômico-social.

O princípio medular do retôrno, eis "la raison maitresse" do sucesso do Movimento, que teve em **Howarth** um de seus geniais inspiradores.

As normas, que estabeleceram, de venda ao contado e política de preços; de retribuição de esforço pessoal que não do capital; suas noturnas reuniões frequentes num ambiente de supremo idealismo e dedicação; as sanções severas que estabeleceram indo até às multas para os que faltassem às reuniões, as penalidades para aquêles que contemporizassem com a norma rígida da venda a dinheiro a vista, etc., etc., sublinham "a afoite zade sua concepção e a engenhosidade de seus meios", o heroísmo da tarefa ingente que, na sua compungitiva miséria, e desamparo, levaram avante com uma fortaleza d'alma que pasma nos dias de hoje, mas que devemos sempre focar à luz de justificado entusiasmo, pelo que resume de ensinamentos de ordem moral para a enorme mas humana e nobilitante tarefa que nos cabe, como membros de uma organização cultural em cujo programa tem lugar precípua a educação cooperativa.

São também um patrimônio de profundo conteúdo ético para o Movimento Cooperativo brasileiro, o qual, em nome do **Centro Nacional de Estudos Cooperativos**, saúdo com efusão, desejando-lhe prosperidades e que envide esforços no sentido de uma sistemática campanha de doutrinação de seu já considerável corpo de associados, numa cruzada de aclaramento de consciências para um maior clima de mútua compreensão e maiores realizações eivadas de alto espírito rochdaliano.

FRATRES IN UNUM

(Mensagem lida na comemoração do 30.º Dia Cooperativo Internacional realizada no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1952).

# 1ª. Conferência Rural Brasileira

Sua realização, nesta Capital, de 7 a 11 de Outubro

Positiva demonstração de vida e de organização, acaba de ser dada pela classe agrícola do país, com a realização, no Rio de Janeiro, de 7 a 11 de outubro, da 1.ª Conferência Rural Brasileira, início de uma série de outros conclave anuais, a serem postos em prática nas diversas capitais do Brasil.

Compareceram as delegações de dezessete federações filiadas à Confederação Rural Brasileira, promotora do certame, acompanhadas de seus assessores e técnicos, e constituídas do que de mais representativo existe nos Estados, no que toca à liderança das atividades do campo.

As dependências da Sociedade Nacional de Agricultura foram insuficientes para abrigar os numerosos representantes estaduais, que acorreram ao chamado do órgão máximo da classe rural, para o estudo dos problemas mais agudos da atualidade agrícola nacional.

Caracterizou-se o conclave pela objetividade de seus trabalhos. O temário induziu as resoluções

do plenário a um cunho essencialmente prático, livre de divagações e generalidades.

Além disto, desta vez, nenhum elemento estranho à classe deliberou a respeito de seus problemas. Cada Federação Estadual dispôs de um determinado número de delegados-votantes, cujos poderes foram verificados ao início dos trabalhos. Somente estes votaram. Por isso mesmo, as deliberações da 1.ª Conferência Rural Brasileira se revestem de um caráter de inequívoca legitimidade. Pecuaristas e lavrares, baseados nos trabalhos levados à Conferência, nos relatórios das comissões e nos amplos e democráticos debates no plenário, onde todos atuaram livremente, escolheram os caminhos para a solução dos problemas da sua classe, que, pode-se afirmar, atingiu com esta Conferência a sua ansiada maioria.

Foi também a Conferência uma inequívoca prova do acerto daqueles que, vencendo o pessimismo e talvez o cálculo dos que combatiam a organização prevista no decreto-lei 8.127, de 24 de ou-



Sessão de instalação (preparatória), dia 8 de Outubro, pela manhã. Fala o Sr. Mario de Oliveira, Presidente da Confederação Rural Brasileira e da Conferência. À esquerda, o Dr. João Maurício de Medeiros, 1.º Secretário e à direita, o Sr. Luiz Marques Poliano, Assistente da presidência.

tubro de 1945, insistiram em que a agricultura necessitava de uma lei que estruturasse a sua representação legítima, e por isso mesmo, forte bastante para falar com autoridade, em pé de igualdade com outras atividades econômicas do país.

O calor dos debates não perturbou a harmonia entre os delegados dos diversos Estados. Por vezes, o interesse em torno de determinados assuntos chegou a tumultuar os trabalhos. Ao cabo, porém, na votação, feitas e aceitas concessões de parte a parte, verifica-se a coesão da agricultura brasileira, ali presente e atuante em problemas do maior alcance, tal como o da Reforma Agrícola, do Serviço Social Rural e outros.

A sessão de instalação teve a honra-la a presença do ilustre Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas, a que se deve o impulso ultimamente verificado na organização da classe em todo o país.

Publicaremos, para que fique registrado e para conhecimento de nossos numerosos leitores, o que nos parece digno de divulgação imediata, já que, brevemente, serão ados a lume os "Anais" desta 1.<sup>a</sup> Conferência, com toda a documentação necessária à perfeita compreensão de seu alto objetivo e resultados.

## REGIMENTO SESSÕES

**Preparatória** — Verificação de poderes — Nomeação de relatores.

1.<sup>a</sup> Plenária — (Dia 7, às 16 horas) — Delineamento de um Manifesto da Lavoura e nomeação da Comissão que o redigirá. — Debate de relatórios apresentados e votação de conclusões.

2.<sup>a</sup> Plenária — (Dia 8, às 10 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

3.<sup>a</sup> Plenária — (Dia 8, às 16 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

4.<sup>a</sup> Plenária — (Dia 9, às 10 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões.

5.<sup>a</sup> Plenária — (Dia 9, às 16 horas) — Debate de relatórios e votação de conclusões. — Assuntos vagos.

**Sessão Solene** — (Dia 10, às 9 horas) — Designação da Comissão de redação final das conclusões. — Leitura, pelo Presidente da Comissão respectiva, do Manifesto da Lavoura. — Encerramento. — (Dia 10, às 16 horas).

**Participantes da Conferência** — 1) Membros dos diversos órgãos de direção da Confederação. 2) Delegados das entidades filiadas. 3) Técnicos oficiais ou não. 4) Aderentes ou observadores.

**Votos** — Apenas os delegados das entidades filiadas terão voto no plenário, observando-se, no caso, o disposto no Artigo 12, letra A, do § 1.<sup>o</sup> dos estatutos, a saber: — 2 votos por entidade reconhecida. — 1 voto por grupo de 30 associações filiadas.

**Mesa da Conferência** — A mesa que dirigirá os trabalhos da Conferência é a mesma da Confederação. — Haverá mais um redator dos Anais.

### Funcionamento

1) Aceitas as credenciais, serão designados relatores para os diversos temas ordinários: um para cada assunto.

2) Além dos temas fixados no presente regimento, poderá a mesa aceitar outros, desde que versando assuntos de interesse geral da classe, sendo sempre apresentados sob a forma de indicações, precedidos de um breve comentário ou justificativa. Deverão conter-se, no máximo, em três páginas

dactilografadas em espaço dois, em três vias. A matéria dos temas constantes deste item entrará na ordem do dia as sessões, a juízo da Mesa.

- 3) O autor de trabalho poderá usar da palavra para justificá-lo em plenário. Para tanto disporá de um prazo máximo de dez minutos, também concedido aos relatores.
- 4) Terminada a Conferência, uma Comissão de redação final, de três membros, nomeada na última sessão plenária, coordenará os resultados do conclave, sob a forma de conclusões e recomendações, cuja prática ou adoção serão encaminhadas e defendidas pela Confederação.
- 5) A Mesa da Conferência, durante a realização da mesma, dará a mais ampla divulgação aos seus trabalhos, seja pela imprensa escrita e falada, seja por outros meios ao seu alcance.
- 6) Dentro do prazo máximo de trinta dias, após o encerramento, deverá a Confederação Rural Brasileira ter encaminhado aos poderes competentes as recomendações ou solicitações a classe, resultantes do conclave.
- 7) No caso de impressão dos "Anais", cada filial deverá concorrer, proporcionalmente, para o respectivo custeio.
- 8) Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, observados, tanto quanto possível os Estados da Confederação Rural Brasileira.

## TEMARIO

### I — Política Agrária

- a) Código Rural,
- b) Serviço Social Rural,
- c) Seguro Agro-Pecuário,
- d) Participação da classe na aplicação da quota do impôtso de renda distribuída aos Municípios,
- e) Política de terras e colonização,
- f) Associativismo Rural,
- g) Reforma Agrária.

### II — Financiamento e Preços

- a) Tabelamento dos produtos agrícolas, tendo em vista o custeio da produção,
- b) Preço mínimo,
- c) Financiamento dos produtores.

### III — Economia Rural e Crédito Agrícola

- a) Crédito agrícola atual e medidas para melhorá-lo;
- b) Banco de Crédito Rural,
- c) Aplicação, na agro-pecuária, de reservas das empresas de seguro, capitalização e caixas econômicas,
- d) Moeda e Crédito.

### IV — Distribuição da Produção

- a) Transportes,
- b) Fretes,
- c) Armazéns e silos,
- d) Cooperativas de transporte.

### V — Impostos e Taxas

- a) Municipais,
- b) Estaduais,
- c) Federais.

**VI — Mecanização da Lavoura**

- a) Importação de máquinas e financiamento,
- b) Produção de máquinas no país,
- c) Ação oficial para o desenvolvimento da mecanização da lavoura.

**VII — Solos e Irrigação**

- a) Conservação do solo,
- b) Irrigação,
- c) Adubos e corretivos.

**VIII — Pecuária**

- a) De leite,
- b) De corte,
- c) Melhoria dos rebanhos,
- d) Defesa sanitária,
- e) Industrialização,
- f) Distribuição,
- g) Forragens,

**IX — Assuntos diversos**

- a) Ensino agrícola,
- b) Tratados comerciais,
- c) Eletrificação rural,
- d) Florestamento e Reflorestamento.

**DELEGAÇÕES****1 — Federação do Rio de Janeiro:**

Francelino Bastos França, Milton Freitas de Souza, Alberto Ravache, Moacyr Pavageau, Hilmar do Couto Faro Wircker, Hugo de Lima Câmara, Elias de Araujo, Arthur Oberlaender Tibau, Joaquim Sisino Rocha, Julio Fernandes da Silva e (Assessor), Cesar Dacorso Neto.

**2 — Federação de Pernambuco:**

Lauro Borba, Amaro Cavalcanti e Manoel de Almeida Castro.

**3 — Federação de Goiás:**

Joaquim Câmara Filho, Manuel Demosthenes, Antonio Bertoldo Souza, Absalão Mendonça Lopes, Boanerges Veiga, José Augusto Curado.

**4 — Federação da Paraíba:**

Lauro Pires Xavier, José Ignacio Miranda Pereira.

**5 — Federação do Piauí:**

Joaquim Macedo de Souza, Paulo Carneiro da Cunha.

**6 — Federação do Pará:**

Nestor Pinto Bastos, Irval Corrêa Lobato, Cláudio Mendonça Dias, Benedito Mutran.

**7 — Federação do Rio Grande do Sul:**

Oscar Daudt Filho, Marcial G. Terra, Mariano Rocha, Werter Faria.

**8 — Federação de Santa Catarina:**

Waldemar Rupp, Mário Brusa.

**9 — Federação de Minas Gerais:**

Josaphat Macedo, Gentil Nascimento, Max Nordau Rezende Alvim, Jayme Lins Almeida, Ibsen Passos, José Esteves, Oswaldo Paixão.

**10 — Federação do Paraná:**

Sylvano Alves da Rocha Loures, Alexandre Gutierrez, Ivo Leão, Lycio Grain de Castro Vellozo e (Assessor) Jaziel Sotto Maior Lages.

**11 — Federação do Ceará:**

Guilherme Telles Gouveia, Virgílio Fernandes Tavora, Humberto Rodrigues de Andrade, Paulo Benevides.

**12 — Federação do Maranhão:**

Moysés Rosental, Demosthenes Silvestre Fernandes.

**13 — Federação do Distrito Federal (Soc. Nacional de Agricultura):**

Luiz Simões Lopes, Edgard Teixeira Leite, Paulo Parreiras Horta, Kurt Reposid. Assesores: Geraldo Goulart da Silveira, Ormou Junqueira Botelho, Otto Frensel, Altino de Azevedo Sodré, Alpheu Domingues, Fábio Furtado Luz Filho, Jeronymo Antonio Coimbra, José Sampaio Fernandes, Itagyba Barçante, Armônio da Rocha Miranda.

**14 — Federação do Espírito Santo:**

Benvindo de Novaes, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Napoleão da Silveira Fontenelle, Dulcino Monteiro de Castro, Francisco Lacerda de Aguiar.

**15 — Federação de São Paulo:**

Iris Meinberg, Clovis Salles Santos, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Felipe Rodrigues Siqueira Neto, Raul Ranto Cardoso de Mello Filho, Alkindar Monteiro Junqueira, Mário Penteado Faria e Silva, Sálvio Pacheco de Almeida Prado, Francisco Antonio de Toledo Piza, Luiz e Almeida Prado, João Rodrigues Cunha, Dário Guarita, José Pires de Almeida, Hélio Miranda, Levon Vampré. Assesores: Fonseca Lima, Luiz F. Bueno, Paschoal Mucilo, Bertho Juliano Courboz, José P. de Almeida.

**16 — Federação do Rio Grande do Norte:**

Amaro Silva.

**17 — Federação de Sergipe:**

Acrísio Cruz, Fernando Valadão.

**SESSÃO PREPARATÓRIA**

As 16,50 horas do dia 7 de outubro de 1952, na Sede da Sociedade Nacional de Agricultura, realizou-se a sessão preparatória da I Conferência Rural Brasileira, sob a presidência do sr. Mário de Oliveira.

Iniciando a sessão, pronuncia o sr. Presidente pequena oração, ressaltando a importância do conclave e esclarecendo que a finalidade desta primeira reunião é a indicação, por parte dos chefes de cada delegação, dos elementos que usarão do direito de voto.

O sr. Iris Meinberg propõe e é aceito pela mesa que os chefes de delegações indiquem os seus suplentes em impedimentos ocasionais, a fim de facilitar os trabalhos.

A seguir, procede-se à chamada das delegações por Estado para a designação dos delegados e respectivos suplentes com direito a voto, o que é feito por todas as Federações, à exceção dos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

Esclarece a Mesa que cada Federação, nos assuntos a serem tratados, terão direito a dois votos, mais um para cada grupo de trinta associações filiadas. A respeito, o sr. Iris Meinberg, de São Paulo, perguntou se se devia computar, para o cálculo de delegados votantes, também o número de associações cooperativas filiadas à Federação. Opinam a respeito, contrariamente, os srs. Oscar Daudt Filho, Joaquim Macedo de Souza e Irval Corrêa Lobato, respectivamente do Rio Grande do Sul, do Piauí e do Pará.

Resolvendo a questão, declara o sr. Presidente que já ficara decidido inicialmente adotar-se a idéia de que os votantes seriam somente aqueles que deliberam nas Assembléias da Confederação, excluindo-se no caso as cooperativas.

São, então, indicados os delegados e suplentes dos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

Declarando que na sessão solene de encerramento deverá ser lido um manifesto ou carta da agricultura brasileira, lembra o sr. Presidente a necessidade da designação, nesta reunião, de uma comissão especial para a elaboração daquele documento, o que é feito, ficando constituída a mesma dos três Vice-Presidentes da Confederação Rural Brasileira.

Procede também o sr. Presidente à designação de relatores e comissões relatoras para alguns itens do temário da Conferência, apelando para os presentes no sentido de, através dos presidentes de delegações, indicarem nomes para o estudo e confecção de relatórios sobre os itens restantes. Sugere então o sr. Secretário a colaboração de todos junto às comissões, mesmo delas não fazendo parte, o que é deferido pela Presidência.

Pela ordem, o sr. Ney Franco pergunta se será permitido aos presidentes das Associações Rurais, embora não delegados das Federações, discutir os assuntos do temário apresentado. Responde a Mesa que sim, apesar de não poderem os mesmos deliberar.

O sr. Iris Meinberg congratula-se a seguir com todos os presentes pela realização da Conferência, fazendo votos pelo progresso e congratamento dos ruralistas brasileiros. Usa da palavra também o sr. Lauro Pires Xavier, representante da Paraíba, agradecendo a interferência do Presidente da República, do sr. José Américo e do Presidente da Confederação Rural Brasileira na obtenção do financiamento para o agave naquele Estado. Fala ainda o sr. Câmara Filho, de Goiás, elogiando a atuação do Presidente da Confederação Rural Brasileira e ressaltando a importância econômica e social da Conferência que ora se realiza.

Propõe o sr. Waldemar Rupp a inclusão do item "Ruralismo e Municipalismo" no temário dos trabalhos, o que é aceito pela Mesa, solicitando o proponente a sua inclusão na comissão a ser designada para estudar o assunto.

Discursa a seguir o sr. Marcial G. Terra, sugerindo a inclusão na Ata de um voto de agradecimento e outro de louvor, respectivamente à Sociedade Nacional de Agricultura e à primeira diretoria da entidade, os quais são aprovados por calorosa salva de palmas.

Encerrando a sessão, o sr. Presidente convida todos para a próxima, a ser realizada às 10.00 horas do dia 8, no mesmo local, ressaltando que estará presente à mesma o Sr. Ministro da Agricultura.

Encerra-se a sessão às 18.15 horas.

## DISCURSO DO DR. MARIO DE OLIVEIRA

Esta 1.<sup>a</sup> Conferência Rural Brasileira surgiu da sugestão do ilustre Presidente da Federação das Associações Rurais de Goiás, Dr. Joaquim Câmara Filho, que em 5 de junho deste ano levantou a idéia de se reunirem em Goiânia os presidentes das federações estaduais. Essa iniciativa, logo apoiada por diversas entidades filiadas à Confederação, foi por nós acolhida com a maior simpatia.

Entretanto, como devíamos convocar, para a mesma época, uma reunião do Conselho Superior e uma Assembléia Geral Extraordinária para revisão dos nossos Estatutos, julgamos de melhor aviso realizar, na Capital da República, o conclave sugerido pela FAREG, ao qual resolvemos dar o título de 1.<sup>a</sup> Conferência Rural Brasileira.

Víamos com essa reunião, a qual comparecem os membros do Conselho Superior e das Diretorias Técnicas e executiva, e delegados das federações filiadas, proporcionar à classe rural brasileira, já organizada nos moldes do Decreto-lei n.º 8.127, debater os grandes problemas nacionais ligados às suas atividades e traçar os rumos precisos que devem trilhar os dirigentes do seu órgão, que é a Confederação Rural Brasileira.

A permanente evolução em que se encontram os problemas de ordem econômica e social, exigem que anualmente nos reunamos, desta forma. Daí a nossa idéia de fazer com que essas conferências realizem-se, cada ano. E então será desejável que os futuros conclaves tenham por sede, cada vez, um dos Estados da União.

Não esperamos que seja esta uma reunião completa e perfeita. Ela apresentará defeitos e falhas, que serão corrigidos no futuro. Uma coisa, porém, deve ficar bem patente: a Conferência versará somente temas objetivos, como fidejamos sentir na convocação. As nossas resoluções, por isso, a seu turno, devem fugir o quanto possível da divagação. Ao que aqui for deliberado, teremos de dar sentido prático, de molde a facilitar aos próprios dirigentes ou entidades responsáveis, a execução de nossos apêlos e sugestões.

Outro aspecto que deve merecer registro é o de que, desta vez, sobre assuntos de interesse da classe, somente deliberará a própria classe. Os técnicos que aqui acorrerem a colaborar conosco, patroticamente, vêm servir à agricultura, com suas luzes e conselhos. Aceitamos com alvoroço essa colaboração e, baseados na sua experiência, conjugada à nossa vontade de acertar, deliberaremos pelo voto legítimo da classe rural, para bem servir ao Brasil.

Nesta oportunidade, saudamos com simpatia e afeto, a todos os participantes desta Conferência que, descolocando-se dos seus rincões e abandonando os seus afazeres, vieram trazer uma colaboração ativa e eficiente ao estudo, debate e solução dos magnos problemas ligados aos interesses dos homens do campo.

## A SESSÃO DE INSTALAÇÃO

### DISCURSO DO SR. MINISTRO JOAO CLEOFAS

"É para mim prazer e honra participar dos trabalhos iniciais da Primeira Conferência Rural Brasileira, ora reunida. O acontecimento constitui vitorioso marco da marcha do desenvolvimento as-

sociativo da vida rural, que agora assume aspectos culminantes através de seu máximo órgão representativo, com sede no Rio de Janeiro.

Essa vitória vem coroar esforços antigos e ingentes, por quanto o Comércio e a Indústria, já de há muito, possuem suas organizações de classe, atuando ponderavelmente, com suas Confederações, em defesa dos interesses a que se devotaram, assumindo prioridade no estudo e na solução de importantes problemas econômicos e sociais do país.

A organização da vida rural veio depois, o que, por um lado, evidencia de certo modo o atraso com que a agricultura sempre comparece ao lado das instituições similares da indústria e do comércio.

Todavia, está aí a organização que se vem fazendo de norte a sul, notadamente nos últimos 2 anos, quando, com fundamentos no Decreto-lei n.º 8.127, de 1945, registram-se em média, 26 Associações Rurais por mês, em confronto com apenas 5 para a média do período 1945-1951.

E graças a esse esforço e ao marcado interesse que a população rural hoje demonstra por agremiar-se, que foi possível fundar-se, faz aproximadamente um ano, a Conferência Rural Brasileira.

Esta, no presente momento, representa e congrega 611 Associações Rurais Municipais, 59 Associações Regionais e 21 Associações Especializadas, cobrindo todo o país, articuladas através de 18 Federações nas capitais dos Estados. Esses números atestam a eficácia da ação do Poder Público e bem assim a compreensão dos homens do campo em relação ao amadurecimento das diretrizes que nortearam as campanhas em favor do associativismo rural. Os artifícios foram sempre repelidos e se aguardou com serenidade a ação catalizadora não sofressem o influxo de idéias e interesses espúrios, tornando-se elemento conturbador dos ideais que empolgam os lidimos ruralistas brasileiros.

#### **Essencialmente agrícola, por muito que se industrialize**

Seria supérfluo recordar que já é proverbial e já se torna um chavão cansativo dizer-se, em muitos casos até maliciosamente, que o Brasil é um país essencialmente agrícola. Mas um dia a frase perderá, seu ar de chavão e será simplesmente o enunciado de um fato corriqueiro e evidente. Porque o Brasil é essencialmente agrícola e sempre o será, por muito que se industrialize. No mundo de hoje, um país das proporções do nosso que não cuidar sobretudo tanto do seu abastecimento como do comparecimento no campo da exportação estará cometendo a mais rematada das loucuras.

O chavão, envolvido na malícia em que é pronunciado, representa, todavia, uma realidade, pois constitui uma verdade evidente e repetida, mas cuja evidência reiteração não produz os frutos desejados, isto é, não nos dá uma mentalidade de país agrícola, onde as atenções dos homens se voltam para a terra e os seus problemas.

Comprova-o o fato de ser o Ministério da Agricultura um órgão ainda desaparelhado, porquanto, apesar de ter a seu cargo a solução ou o encaminhamento dos complexos problemas da agricultura, da pecuária e da mineração, participava, no orçamento geral da União, com apenas 5% da despesa geral do Brasil.

#### **Os Dois Imensos "Desinvestimentos"**

Cumprido, entretanto, erradicar esta mentali-

dade, tal como tem sido preocupação constante do sr. Getúlio Vargas, principalmente desde o momento em que lançou a marcha para o oeste, em seu discurso de Ano Bom de 1938. O capital brasileiro tem fugido dos campos e se concentra perigosamente na indústria, e, por pior ainda, nos investimentos imobiliários. Desejo deixar bem claro, todavia, que considero a industrialização indispensável ao Brasil, e se disse "perigosamente" para o capital nele concentrado, quiz referir-me à circunstância de que muito pouco se investe na agricultura e sem esta base agrícola o Brasil é algo impossível e monstruoso.

Dois imensos "desinvestimentos" sofreu no Brasil o capital agrícola, de acordo com a síntese feita pelo economista Richard Lewinshon. Se excluirmos o período relativamente breve da exportação de ouro, na segunda metade do século XVIII, tivemos até o ano de 1831 o açúcar como nosso principal produto de exportação — e a produção de açúcar sempre exigiu investimentos elevados. Ao lado da despesa com a importação do equipamento dos engenhos, havia ainda a despesa da mão de obra escrava.

Passamos depois, no século XIX, ao café, que queria menos capital, menos mão de obra servil e quase nenhum equipamento mecânico. Na realidade, porém, representa também investimento. O plantio de café, como observa aquele economista, é uma investimento, e o cafeeiro representa um bem de produção durável.

No entanto, aos dois grandes investimentos do açúcar e do café aconteceram catástrofes que são marcos dos mais importantes na história geral e não apenas agrícola, ou econômicas do Brasil; o primeiro foi o desinvestimento da Abolição e o segundo o desinvestimento da incineração do café. A Abolição, indispensável moralmente e indispensável para garantir ao Brasil um futuro normal entre as nações civilizadas, representou a perda de 750.000 contos de réis para os donos de escravos, isto é, para os proprietários agrícolas e, mais limitadamente, os da produção açucareira. Em moeda de hoje seriam uns 20 bilhões de cruzeiros. Portanto, um capital igual ao que, se tomarmos a importação de petróleo do Brasil o ano passado, daria para nos abastecer do combustível durante cinco anos.

Quanto aos cinco milhões de toneladas de café que foram levados às chamas durante a terrível crise mundial, aos preços atuais representariam a soma de 100 milhões de cruzeiros — 5 bilhões de dólares ao câmbio oficial. Para que se tenha uma idéia da perda bastará lembrar que o café, que representa 65 por cento da nossa exportação total, rende-nos anualmente cerca de 600 milhões de dólares.

#### **O Restabelecimento da Confiança na Agricultura**

A partir do segundo desinvestimento é que o capital brasileiro se volta para a indústria e para a construção urbana. Em 1920 só os cafezais do Brasil representavam, como capital empregado, 50 por cento mais do que toda a indústria. Hoje, a agricultura inteira absorve apenas 20 por cento do que absorve a indústria.

Houve, historicamente falando, uma crise de confiança na agricultura como setor de investimentos, e o estudo dos meios de restabelecer essa confiança tem sido o tema de investigação da Comissão Nacional de Política Agrária, criada pelo

Senhor Presidente Getúlio Vargas e que iniciou seus trabalhos em janeiro deste ano de 1952. O objetivo fundamental dos trabalhos da Comissão Nacional de Política Agrária — melhorar as condições de vida e do trabalho no campo e restabelecer a confiança geral na rentabilidade e na estabilidade da agricultura brasileira — não deve ser huscado, evidentemente, no passado e sim no futuro. É interessante traçar a gênese dos desinvestimentos que, por assim dizer, “desmoralizaram” a agricultura brasileira do ponto de vista financeiro. Mas o restabelecimento dessa confiança nem poderia ser o início de um novo tráfico e nem uma política devotada exclusivamente ao café. Ela só pode ser, em suas linhas gerais, além do amparo ao trabalhador do campo, a criação de uma classe média rural no Brasil. Porque, Senhores, no momento, a situação do homem que lavra a nossa terra e alimenta as nossas cidades é tão precária que existe, em verdade, algo como um tráfico africano: os navios negreiros são esses caminhões que descem do Norte despovoando os campos e dando maligna que estoura na erupção das favelas, aqui, as cidades não braços para uma indústria que não mais pode absorvê-lo, mas, isto sim, uma inchação dos mucambos, ali, das “latolândias” em toda parte, essas latolândias de que falava há pouco tempo no Senado o sr. Alberto Pasqualini.

#### A Classe dos Pequenos Proprietários Agrícolas

O capital que temos de reinvestir na agricultura deverá estar, o mais possível, distribuído nas pequenas propriedades individuais que já fazem do Sul do país uma nova terra dentro do Brasil. Por isto mesmo é que o primeiro trabalho realizado pela Comissão de Política Agrária foi o de criar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A idéia fundamental a governar esse anteprojeto proveniente da Comissão de Política Agrária foi a de realizar uma velha aspiração brasileira no terreno da imigração e da colonização do país — a de unificar o comando, de dar um só órgão diretor à política imigratória e colonizadora do país. O anteprojeto foi estudado na Presidência da República e encaminhado ao Congresso, juntando-se a ele o projeto que complementa o do Instituto, criando no Banco do Brasil uma Carteira de Colonização. Quem passar os olhos, ainda que ligeiramente, na mensagem presidencial que encaminhou ao Congresso os dois projetos — mensagem esta datada de 28 de maio deste ano — verá em toda ela a preocupação de criar no Brasil, com os nacionais e os imigrantes, a classe média rural a que pe referi, a classe dos pequenos proprietários agrícolas. Diz Sua Excelência: “O primeiro problema é o do trabalhador rural nacional: o do acesso à terra pelas nossas populações pobres e melhoria do padrão da pequena propriedade”. E, citando sua própria mensagem anual de 1952, disse o Senhor Presidente Getúlio Vargas: “O problema da terra constitui um ponto crucial na evolução econômica e social do País. Cresceu a população, os terrenos próximos aos centros de consumo se tornaram escassos ou esgotados, e a inflação elevou os preços da terra acima das possibilidades do rendimento das culturas agrícolas normais ao abastecimento das populações. A tendência à substituição das culturas pelas pastagens, em terras gastas, em muitas zonas de considerável densidade de população, impede também a fixação de uma grande massa de trabalhadores nas fazen-

das. O acesso à terra própria, com facilidades razoáveis, é, portanto, reivindicação justa e urgente de uma grande massa de trabalhadores brasileiros, à qual o Governo procurará atender”.

#### Fixar na Terra o Lavrador Nacional e Canalizar Imigrantes

Esse problema de fixar na terra em primeiro lugar o lavrador nacional e de canalizar para o país os imigrantes que, como também acentua o Senhor Presidente, trazem-nos “um nível de instrução geral e de experiência técnica que representa um grande desafio na carência nacional de trabalhadores qualificados e técnicos”. Esse problema demanda recursos financeiros basicamente sólidos e flexíveis ao manejo. Assim, nos termos do projeto que o cria, “o Instituto terá anualmente, no Orçamento da União, uma dotação global não inferior a 200 milhões de cruzeiros, durante cinco anos”, e procurando igualmente contratar financiamento com entidades internacionais.

Neste plano, o colono nacional deverá ter absoluta prioridade, pois constitui ele o elemento que, até hoje, tem sido o alicerce da vida brasileira.

Quanto à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que financiará, primordialmente, “a aquisição de pequenas propriedades rurais” e de “áreas adequadas à colonização para o fim de locar a anual que lhe consignar a diretoria do Banco teamento e venda”, o Tesouro lhe fornecerá um capital inicial de um bilhão de cruzeiros, além da do Brasil e de várias outras fontes de recursos ligados a atividades de imigração e colonização.

Acho que se pode afirmar, sem qualquer exagero, que jamais equacionáramos no Brasil em termos tão objetivos esse problema fundamental de povoar, de colonizar a terra. Aprovados pelo Congresso — que sem dúvida lhes dará a magna importância — os respectivos projetos do Instituto e da Carteira especializada, o Governo estará dotado dos meios de realmente atrair ao Brasil uma caudalosa corrente de imigrantes italianos, portugueses e holandeses, que trazem consigo seus instrumentos de trabalho, sua técnica superior, seu gado de raça, e poderá, finalmente, arrazar, antes que se construam, as favelas e os mucambos. No momento, o lavrador nacional, em desespero, deixa a terra onde ainda vive tão desamparado e vem para a cidade transformar-se em proletário. O que quer o Governo é que fique no campo, que prospere em sua terra própria, e se transforme, lá, numa classe média que será o arcabouço do Brasil futuro.

#### As duas grandes sangrias

No Brasil deste instante em que vos falo — um Brasil carente de divisas — temos dois problemas urgentes a resolver: o do combustível para nossas máquinas, o do pão para nós mesmos. Sangra-nos a importação do petróleo em perto de 4 bilhões anuais de cruzeiros. Logo em seguida vem a importação do trigo (com a seca que assolou a Argentina fomos obrigados, este ano, a comprar trigo à área do dólar) com 2 e meio bilhões. A organização de Petrobás S/A. deverá ter mudado, dentro de alguns anos, a fisionomia desse angustioso problema do combustível. E, quanto ao trigo, a campanha que nos deverá tornar um dia independentes do suprimento estrangeiro está em plena marcha.

Não é demais dizermos que o problema do 10-

pento do trigo está entregue a uma boa orientação — estando entregue à orientação superior do Senhor Presidente Getúlio Vargas — pois foi Sua Excelência quem, em 1929, quando governava o Rio Grande do Sul, criou a estação experimental tritícola de Rio Negro, em Bagé. Lá, o genétidista Ivar Beckman, continuando estudos levados a efeito por Gayer, Benedito Paiva e outros, conseguiu variedades resistentes à ferrugame, como o trigo "Fontana".

### O Plano do Fomento da Triticultura

O Brasil precisa produzir três vezes mais trigo do que produz agora: precisa produzir, em verdade, 1 milhão e 500 mil toneladas. Para isto o Serviço de Expansão do Trigo, deste Ministério, está desenvolvendo um plano de trabalho que compreende: a) produção de sementes selecionadas; b) organização de campos tritícolas; c) aquisição de partrulhas mecanizadas; d) incentivo à adubação em larga escala; e) ampliação de revenda de páquias agrícolas; f) campanha ativa e intensa nos centros de produção e g) conclusão dos armazéns e silos já iniciados e construção de novas entidades.

Como não basta produzir, sendo preciso também produzir barato, fazendo render o trabalho, o Ministério, à semelhança do que tem feito para a agricultura em geral, tem procurado mecanizar a produção tritícola. Em 1951, apesar da ausência de qualquer recurso extraordinário, só em maquinário específico o Ministério invertiu mais do dobro dos exercícios anteriores. No corrente exercício, a soma será cinco vezes superior à invertida em 1951.

Não foi igualmente esquecido o problema do armazenamento. Como não basta cultivar a terra e produzir, apenas, sendo igualmente necessário guardar a produção para que não apodreça nas próprias zonas agrícolas ou se venda a preços vis, está em plena execução um plano de cobrir as áreas mais intensamente produtoras, notadamente o sul do País, de silos e armazéns para o trigo e outros cereais.

Esta política será seguida e alargada, pois sabe-se ser ela essencial à estabilidade dos preços dos produtos agro-pecuários, ao bem estar econômico das populações rurais e ao abastecimento de nossos centros metropolitanos.

### A Mudança da Capital

Desejo, agora, referir-me a assunto que tem direta influência e funda repercussão na vida rural do país, como seja o da mudança da sua capital.

No dia em que se realizar esse velho sonho de 1891, a pressão demográfica dos grandes centros cessará de agir sobre a atividade agrícola, a produção dos gêneros de substâncias, de resto sobre todas as atividades fundamentais do país.

Haverá maior independência do Governo Central, no resolver os problemas de base do país, e as justas reivindicações das populações das grandes cidades terão, também, melhor encaminhamento, pois passarão a constituir os grandes problemas dos governos locais.

A situação atual cria uma inversão na hierarquia dos problemas a cargo do Governo Federal com os reais prejuízos para a vida rural e para o progresso dos grandes centros.

Ao falar-vos nesse problema tão debatido e

cujas soluções é sempre ladeada não é minha intenção reabrir uma polêmica e sim reatar a marcha do velho sonho. Do ponto de vista da agricultura, principalmente, estou convencido de que inúmeras serão as vantagens da transferência da capital para o interior do País. E, como o Brasil é efetivamente agrícola, acho que a interiorização da capital é um plano que precisa ter seguimento.

### O Serviço Social Rural

E agora, senhores, uma palavra sobre o Serviço Social Rural, para encerrar este discurso que já se vai fazendo longo.

Conforme sabeis, em maio de 1951, um grupo de técnicos de dentro e de fora do Ministério da Agricultura, preparou um projeto de Lei instituindo no Brasil o Serviço Social Rural. Quando foram promovidos os estudos preliminares desse Serviço não existia ainda a Confederação Rural Brasileira, o que não impediu ouvíssemos as Federações já em funcionamento a respeito das linhas básicas que o projeto deveria ter.

Foi baseado nos dados e informações assim recolhidos que surgiu o primitivo esquema, o qual tinha o caráter de Fundação, ao sair do Ministério, acompanhado de longa mensagem.

Ao tramitar pela Câmara, a proposição sofreu algumas alterações fundamentais, a primeira das quais foi a que transformou em Autarquia o que antes era uma Fundação.

De qualquer modo, e apesar de deficiência que o regimento interno e o plano anual de trabalhos podem certamente corrigir ou superar, o projeto atenderá às finalidades básicas nele previstas, em seu artigo 1.º. Através deste artigo se lhe dá atribuição muito importante, qual a de levar ao interior, às vilas, aos povoados e às próprias zonas rurais elementos mínimos de bem estar. Deverá prever o Serviço Social Rural a distribuição de meios de existência, onde mais aconselhável para começar, procurando abranger, direta ou articuladamente com órgãos existentes, os setores adgropecuários, médico-sanitários, economia doméstica, artesanato, recreação, indústrias rurais caseiras e a educação técnico-profissional para homens, mulheres e crianças, além do fortalecimento da vida cívica e social das comunidades.

Com esse alcance o Serviço Social Rural será necessariamente um trabalho lento e a ser cumprido a longo prazo, pois não se vai ter a ilusão de tentar fazer tudo da noite para o dia, especialmente num campo em que é indispensável mudar práticas rotineiras, hábitos arraigados e preparar novas mentalidades para as lides do campo.

Por aí se verificam, de logo, o alcance de seu programa e a imprescindível necessidade de, desde logo, se irem atriulando as várias dependências do Governo em seus 3 níveis, com os verdadeiros representantes da classe rural organizada, no sentido de fazermos face aos problemas de planejamento e execução do Serviço Social Rural.

### A Participação das Classes Rurais

E nesses pontos afigura-se-me oportuno perguntar:

— Por que não pensou o Governo, desde o início, em entregar exclusivamente à classe agrária o planejamento e a realização desse novo Serviço? Por que a presença do Governo nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais?

É que, ao ser organizado o projeto, a Confederação Rural Brasileira não estava ainda fundada e muitas das Federações que hoje aqui se encontram, ou não existiam legalmente, ou estavam ainda em fase rudimentar de seu funcionamento. Por isso, já naquela época explicava, na exposição de motivos com que fiz encaminhar o assunto ao Exmo. Sr. Presidente da República:

"não se pensou inicialmente em entregar às entidades das classes rurais a inteira responsabilidade do planejamento e execução dos serviços sociais rurais, como seria desejável, pela razão mesma de que não se encontram elas ainda, conforme acontece com suas similares da indústria e do comércio, devidamente organizadas."

Completava, porém, logo a seguir:

"todavia, tanto na elaboração dos estatutos desta Fundação, quanto na composição do Conselho Nacional, está prevista a direta participação dessas classes, primeiramente interessadas no Serviço Social Rural."

Da Comissão prevista para elaborar os estatutos farão parte, em proporção igual, representantes do Governo e de associações da classe rural, sejam federações de associações agropastoris, ou cooperativas, sejam sociedades de âmbito nacional."

E realmente assim se fez. Na subcomissão que foi instituída dentro da Comissão Nacional de Política Agrária para iniciar os estudos tendentes ao planejamento do Serviço, lá está o digno representante desta Confederação, transmitindo o pensamento de sua classe.

Eis as justificativas que julguei oportuno trazer à classe rural, numa oportunidade como esta, da qual anteriormente não pude dispor, na qual o Serviço Social Rural consta da agenda de vossos trabalhos.

Não quis, nem deseja o Governo fazer tudo, deixando os verdadeiros interessados — os homens e as mulheres do campo — à margem, numa posição de meros receptores de favores que viessem do alto, pois esta seria uma posição que se não coaduna com os interesses e as prerrogativas das classes agrárias.

O que o Governo desejou foi tirar do ponto inicial, da estaca zero em que se encontrava esse velho problema de levar ao interior, em benefício de sua gente, serviços sociais mínimos, pondo em sua solução inclusive recursos orçamentários, no que também este Serviço difere do SãSI e do SESC.

#### A Marcha do Projeto no Congresso

A marcha do projeto, porém, não tem sido fácil. Há detalhes de sua tramitação que vale a pena trazer ao conhecimento da Confederação Rural Brasileira, inclusive para mostrar a necessidade cada vez maior em que o Ministério e os homens da agricultura estão de atuarem articuladamente, pois qualquer brecha que se abrisse entre ambos, quanto a esse problema, no momento atual, resultaria em detrimento não tanto do Governo, mas notadamente das classes agropastoris.

Convém esclarecer por exemplo que, infelizmente, há quem considere dever a lavoura ficar permanentemente a trabalhar para enriquecer grupos urbanos, sem deixar no campo pelo menos parte do que dali sai em trabalho e em riqueza.

Esses, que certamente não são muitos, talvez desejassem que o Serviço Social Rural fosse um

simples apêndice, espécie de subordinação a serviços existentes para o mundo da indústria e do comércio.

Foi preciso que, pessoalmente e em várias ocasiões, lutasse pelo princípio de que o Serviço Social Rural deveria ser autônomo, próprio, prestado às comunidades rurais e realizado por todas as forças, — Governo e agricultores — que têm raízes no campo, compromissos com ele.

Não parece superfluo declarar, numa reunião como esta, que qualquer movimento que, a essa altura dos acontecimentos, vise a alterar substancialmente o projeto, quando ele está praticamente aprovado pelo Congresso, não seria em benefício da vida rural. Isto porque emendas equivalentes a atraso no Senado, querem dizer a volta do projeto à Câmara dos Deputados, significam reabertura de todos aqueles pontos cuja superação, no interesse do meio rural, não foi tarefa fácil.

#### Um Apelo

Por isso é que desejo fazer um apelo sincero às classes rurais brasileiras aqui reunidas. Apelo no sentido de que não peçam ao Senado qualquer alteração no texto que ali está sendo aprovado. Esperemos que a Lei entre em execução para então a prática ir mostrando em que sentido devem as alterações ser nela incorporadas, para seu aperfeiçoamento final.

Sei que estou falando a homens de responsabilidade, a homens que nunca faltaram ao chamado do Governo em favor do bem comum.

Como já lembrei, o planejamento e o regimento interno do Serviço Social Rural já estão sendo elaborados com a presença e a colaboração de elementos da Confederação Rural Brasileira. Posso assegurar-vos que, naqueles Estados onde a entidade da classe rural esteja em condições razoáveis de organização e funcionamento, daremos esta integral responsabilidade na condução dos serviços previstos na Lei em discussão, através de assinatura de convênios, tal poderá ser facilmente feito.

Nas demais Unidades da Federação haremos de procurar apoio e inspiração nos verdadeiros líderes do campo — homens às vezes simples e sem muitas letras, mas possuidores de bom senso e de um conhecimento local e direto dos problemas sociais rurais, sem cuja colaboração a Lei não passaria de uma ficção de juristas teóricos ou de um sonho de poetas de Gabinete.

A idéia final, conforme está expressamente declarada na exposição de motivos com que o Governo enviou o projeto de lei ao Congresso, é a de entregar, oportunamente, o destino de sua execução total aos homens em cujo benefício ele foi concebido e elaborado pelo Ministério da Agricultura.

Tenho certeza de que sabereis apresentar, ao ensejo desta reunião de estudos e dedicada a uma tomada de posição sobre problemas essenciais da agricultura e dos agricultores, as fórmulas concretas de uma cooperação profunda a ser inicialmente estabelecida e alargada entre o futuro Serviço Social Rural e as entidades que estais representando neste certame, com tão alto espírito público.

#### Peia Aprovação Rápida do Projeto

Pego-vos que fiquemos hoje onde sempre estivemos, isto é, juntos, lutando para que o projeto

do Serviço Social Rural seja aprovado sem maiores delongas, pois estou convencido ser isto o que, no momento, mais convém à Lavoura e à Nação Brasileira.

Antes de encerrar essas considerações, quero patentear meus aplausos à objetividade do temário dessa Conferência, o que prenuncia conclusões altamente úteis à solução dos problemas agrários e antecipo o apoio do Ministério da Agricultura à efetivação das medidas que vão corresponder aos reclamos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais.

Saudando, cordialmente, a todos os lavradores brasileiros aqui tão bem representados por todos vós, homens do campo que comparecesteis a esta reunião, desejo especialmente declarar-vos que podeis regressar para vossas atividades com a firme convicção de que o Ministério da Agricultura, apesar das suas deficiências, empenha-se em ficar cada vez mais a serviço dos vossos interesses que são os interesses da produção nacional."

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

### DISCURSO DO SR. JOAQUIM CAMARA FILHO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE GOIÁS

A PRIMEIRA etapa dos trabalhos que iniciamos, sob o teto abençoado da Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro e com a esclarecida ajuda da Confederação Rural Brasileira, já está concluída.

Nestes quatro dias de trabalho intenso, ouvimos, nos seus aspectos mais variados e dramáticos, os depoimentos das classes rurais do país, através da palavra autorizada dos seus lídimos representantes.

Com este contáto direto e constante, entre os elementos representativos da vida agrária brasileira, ficamos conhecendo, no seu realismo, as necessidades e as aspirações mais prementes do nosso homem do campo.

Nestas condições, estamos agora capacitados a traçar novos rumos para o Brasil, baseados nos fundamentos de sua geografia humana e nos seus fatores sociais, políticos e econômicos.

Com esta orientação, estamos construindo a grandeza nacional, como ela deve de fato ser construída, isto é, pelo aproveitamento inteligente e patriótico do homem do campo, pela dignificação do seu trabalho e pela melhor utilização das riquezas da terra.

Esta Conferência, que contou com a cooperação direta e ativa das classes rurais do país, de técnicos e altas autoridades, representa, sem dúvida, um memorável e histórico acontecimento, ou seja, o primeiro encontro do Brasil com a sua realidade, no setor da economia agrária.

Pela primeira vez as classes agropecuárias do país se reúnem para, em conjunto e confraternizadas, examinar e debater seus graves problemas, indicando, para os mesmos, medidas práticas e solucionadoras.

Se este critério tivesse sido adotado há anos atrás, hoje, por certo, outra seria a situação da economia nacional, cuja desorganização, ainda agora, vem se refletindo, com tremendas consequências, na vida do povo brasileiro.

Acreditamos, também, que as populações rurais não estariam, como estão, desorientadas e atormentadas por um pauperismo que vai destruindo,

do, pouco a pouco, as suas esperanças e aquela resistência orgânica, que ainda lhes assegura a sobrevivência e encoraja para o trabalho.

Graças aos exemplos dos nossos antepassados, tem o homem rural enfrentado e vencido os obstáculos e a agressividade do meio geográfico em que vive, colaborando, sem desfalecimento, na obra patriótica do nosso engrandecimento coletivo.

São estes, e não os que temos seguido, os caminhos que hão de conduzir o Brasil ao elevado lugar de destaque a que tem direito, pela inteligência fecunda e criadora dos seus filhos, pelo poder realizador do seu povo e pela enormidade potencial de suas riquezas naturais.

Valorizando o homem do campo, proporcionando-lhe a assistência de que tanto necessita, estamos, antes de tudo, aparelhando o Brasil, para que possa enfrentar e fencer, com vantagens, as gigantescas lutas do futuro.

As bases fundamentais da soberania e da prosperidade econômica do país, estão, não há dúvida, no trabalho racional e bem orientado do homem rural brasileiro.

Quando a produção diminui, a economia se desorganiza, a fome ronda os lares, a família se desagrega, o nervosismo se apodera do povo, a Nação se enfraquece e tudo se envolve num clima de incertezas e aflições, dando margem ao fluxo das idéias extremistas e revolucionárias.

Representando setenta e nove por cento da população brasileira, as classes agropecuárias do país constituem, inquestionavelmente, o seu maior fator de progresso e civilização.

Devemos prestigiá-las, sem distinção desta ou daquela Região geográfica, porque somente assim, com este critério de equidade, o Brasil poderá crescer por igual e atingir à plenitude do seu desenvolvimento.

É necessário que as classes rurais brasileiras, por intermédio dos seus legítimos representantes tomem, cada vez com maior amplitude, parte ativa e direta na vida política e administrativa da Nação, cooperando com a sua experiência e estimulando com o seu trabalho a solução dos nossos magnos problemas.

### O Debate dos Problemas na Sua Fonte de Origem

As Associações Rurais está reservado, incontestavelmente, papel de importância vital no soerguimento econômico do País.

Arregimentando grandes massas demográficas, essas organizações de classe muito poderão fazer, na esfera de suas atribuições, em favor da unidade e do engrandecimento do povo brasileiro, da segurança de suas liberdades democráticas e do fortalecimento de nossas instituições republicanas.

Com o concurso e a orientação das Federações, as Associações Rurais, pelo seu contacto cotidiano com os nossos agricultores e pecuaristas, aprofundar-se-ão no estudo e no conhecimento da vida rural, possibilitando a todos, por outro lado, os meios de fazer sentir, de público, as suas necessidades, e de conseguir, com proveito as suas justas reivindicações.

Necessário, porém, se torna, que as Associações Rurais, articuladas com as Cooperativas, promovam e realizem mesas redondas, nos municípios ou regiões a que pertencem, de modo a conhecer mais e melhor as necessidades e as aspirações dos seus associados.

Essas reuniões não devem, absolutamente, ter

cunho de solenidade e é indispensável que contem com a presença do maior número possível de elementos da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais.

É esta, a nosso ver, a modalidade mais prática e mais eficiente de se investigar e debater, em sua própria fonte de origem, os problemas agrários brasileiros, de acordo com as realidades regionais, isto é, levando em conta as características de cada zona agrícola, que possam influir no encaminhamento e no êxito de suas soluções.

Nessas mesas redondas, que se estenderão mais tarde aos distritos e às fazendas, deverão ser analisados e discutidos, de preferência, os assuntos que diretamente afetam aos agricultores e pecuaristas, dentre eles os que se relacionam com o associativismo, financiamento, assistência técnica, garantia de preços e escoamento da produção aos mercados consumidores.

Movimentos desta natureza, realizados num ambiente de intensa cordialidade e confraternização, tirando o homem do campo do isolamento em que vive, têm ainda a vantagem de integrá-lo nas entidades de classe a que pertence, deixando bem claro que estas estão seriamente empenhadas na defesa dos seus interesses.

#### Atuação do Governo na Vida Rural

De certo tempo a esta parte, decisiva tem sido a atuação do Governo da República em favor da organização da vida rural brasileira.

Foi o Presidente Getúlio Vargas que inaugurou, no país, esta política de elevado sentido humano e que consiste na valorização do homem pelo próprio homem.

Tem sido, cada vez maior, o interesse do Chefe da Nação em arregimentar as classes agrárias do país, hoje representadas por uma rede de 710 instituições, sempre vigilantes e empenhadas na defesa dos interesses e dos direitos dos associados que congregam e representam.

Com a cooperação eficiente e esclarecida do Ministro João Cleofas, o Sr. Getúlio Vargas está executando, no setor da vida rural brasileira, uma obra, sem exagero, de vulto e de sentido eterno.

As suas providências têm feito com que o Brasil, país por excelência agrícola, se integre nas suas realidades, das quais por longos anos, viveu distanciado, razão por que somos ainda um povo pobre, apesar de habitar uma das regiões mais ricas do mundo nos três reinos da natureza.

A Comissão Nacional de Política Agrária, a cuja frente se encontra um grupo de homens devotados à causa do Brasil, e o Serviço Social Rural, a ser instalado brevemente, estão destinados a revolucionar a vida rural brasileira, situando o homem do campo em sua verdadeira posição, como operoso e lúcido construtor da grandeza da Pátria.

#### Confederação Rural Brasileira

As classes agropecuárias do país têm, hoje, as suas vistas e as suas esperanças voltadas para a Confederação Rural Brasileira.

Graças a sua orientação já está surgindo uma nova mentalidade no Brasil, cuja influência renovadora vem despertando e unindo as populações rurais para a realização de um programa de trabalho que será, não tenhamos dúvida, a redenção do nosso povo, quer pela melhoria de suas condições de vida, quer pela sua recuperação e independência social e econômica.

Tendo à frente dos seus destinos o Dr. Mário de Oliveira, homem de elevadas virtudes morais e

administrativas e consagrado inteiramente aos interesses de sua classe, a Confederação Rural Brasileira, apesar de contar um curto período de existência, já se projeta no cenário nacional como uma vitoriosa realidade.

Representa ela, na hora presente, o pensamento e as aspirações de todos aqueles que se entregam à tarefa laboriosa da vida dos campos e que vêem na terra uma força preponderante e dominadora na vida e na história de todos os povos.

Com a ajuda decidida do Professor Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, do Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e de outros pioneiros do ruralismo, o Dr. Mário de Oliveira, através da Confederação que sábiamente dirige, está prestando ao Brasil serviços os mais relevantes.

#### Concurso da Imprensa

Em todos os movimentos de reivindicação do povo brasileiro tem sido decisiva a atuação da nossa Imprensa.

E hoje, mais do que nunca, o nosso país precisa e reclama a sua cooperação, para o maior êxito da obra de ressurgimento do Brasil por que, no momento, se empenham, corajosamente, todos os ruralistas nacionais.

O concurso da Imprensa Brasileira, em favor desta jornada, que tem por finalidade proporcionar à nossa gente o bem estar social e econômico de que tanto carece, já se faz sentir de modo eficiente e plenamente satisfatório.

#### Apelo às Delegações Estaduais

Meus Senhores — O trabalho dos Delegados das Federações das Associações Rurais foi, no decorrer dos debates desta Primeira Conferência Rural Brasileira, incessante, caracterizando-se, principalmente, pelo seu espírito de compreensão e elevado sentido nacional.

Os problemas foram investigados e discutidos com grande ardor patriótico, com realismo, tendo sempre em vista os superiores interesses da classe rural brasileira.

Com esta realização, que representa o ponto de partida para uma grande cruzada, foram traçadas as diretrizes de uma nova política agrária, cujos benefícios hão de se fazer sentir, benéficamente, nos diferentes setores de atividades do povo brasileiro.

Ruralistas! Estejamos sempre unidos, trabalhando, continuamente, pela solução dos problemas agrários e pela grandeza e prosperidade do Brasil.

#### DISCURSO DO DELEGADO DO RIO GRANDE DO SUL, PROFESSOR OSCAR DAUDT FILHO

Nunca, nesta atormentada vida de homem do campo, sonhei com tão alta honra e com tão significativa distinção falar, como agricultor, nesta suntuosa e deliciante metrópole, para os irmãos quase descrentes deste Brasil que quanto mais fenecesce, mais vai crescendo no nosso amor sem fim.

Norris Dood, da F.A.O., faz pouco tempo, num apelo formulado na Assembléia das Nações Unidas, disse "Nem o desenvolvimento dos nossos recursos naturais, nem a aplicação da ciência moderna na produção, nem a distribuição melhorada têm corrido paradas com as crescentes necessidades da população mundial, que segue tendo ritmo ascendente, uma olhada retrospectiva nos ensina que a história da humanidade é cenário de um de-

envolvimento das civilizações que reconheceram e venceram as grandes crises da época ou ainda que não se deram conta dos fenômenos do seu tempo, fracassando e desaparecendo quase que confortavelmente. Entre os grandes problemas que juntos formam a crise da nossa época, destaca-se, em primeira mão, a necessidade de vencer a fome. E se não tiverem nossos esforços os resultados pretendidos, nossa civilização sucumbirá nesta crise."

O Prof. Wester, da Holanda, não faz muito tempo, afirmou: "É urgentemente necessário que todos os povos do globo se venham compenetrando da magnitude desses problemas e da gravidade da situação, a fim de que se adotem medidas próprias para assegurar o mínimo que o homem necessita para viver com dignidade. Com este ideal de fraternidade humana e de justiça social seremos fiéis à mais pura tradição do Cristianismo."

— Difícil — porque atitude suicida — que os povos e os governos de todas as nações do globo possam permanecer indiferentes ou apáticos ante tão gravíssima conjuntura.

Também ao Brasil caberá tomar posição para a segurança de centenas de milhões de pessoas, vítimas da pobreza e da fome, seres que querem comer, que desejam que as terras produzam, que almejam poder atingir um nível compatível com a dignidade humana.

Mais da metade da população mundial, em países superpovoados inclue-se no rol desses subnutridos.

E só haverá paz no mundo quando todas as nações do globo puderem alimentar bem os seus filhos.

Pesemos nossas responsabilidades!

A população mundial vem aumentando mais rapidamente que a produção dos alimentos.

Oitenta mil almas novas surgem por dia sobre a terra. Serão 30.000.000 de bocas, por ano, clamando por alimento.

Infelizmente, a produção de gêneros alimentícios não acompanha, nem de perto, tão alta progressão.

Hoje, já 75% da população mundial recebe uma quantidade insuficiente de alimentos, e dessa percentagem quase que a metade pode ser considerada como positivamente desnutrida.

— 3/5 partes das populações da América do Sul dependem profissionalmente da agricultura, e no entanto nossas produções agrícolas não satisfazem nem sequer as dietas adequadas para as populações internas.

Atualmente, só 3,8/10 da produção podem (embora com sacrifício) ser exportada, em doloroso confronto com os 5/10 que exportávamos anteriormente.

Vergonhosamente, todos os países da América do Sul estão importando produtos agrícolas. Em 1950, essas importações haviam aumentado em cerca de 3,3/10.

Entre 1939-1949, a percentagem do aproveitamento territorial pela agricultura, no Brasil, subiu de 1,6% para 1,9%. Mas o aumento da população foi de 26%. Resultado: Em 1939, cada brasileiro dispunha de 0,335 hectares cultivados; Em 1949, cada brasileiro dispôs só de 0,323 hectares cultivados.

Para que, em 1949, cada brasileiro pudesse usufruir da mesma área cultivada, como em 1939, necessário seria que dispusessemos de 17.631.913 hectares, e não de 17.021.232. Tivemos, a menos, em relação a 1939, 610.681 hectares.

## PRODUÇÃO AGRÍCOLA, NO BRASIL, POR HABITANTE

| Produtos                 | 1928    | 1949    |
|--------------------------|---------|---------|
| Milho . . . . .          | 119 ks. | 109 ks. |
| Café . . . . .           | 31 "    | 21 "    |
| Arroz . . . . .          | 25 "    | 54 "    |
| Fumo . . . . .           | 2,1 "   | 2,3 "   |
| Batata inglesa . . . . . | 6,5 "   | 15 "    |
| Feijão . . . . .         | 16 "    | 25 "    |
| Trigo . . . . .          | 3,3 "   | 8,7 "   |
| Aveia . . . . .          | 333 gs. | 174 gs. |
| Centeio . . . . .        | 180 "   | 381 "   |
| Cevada . . . . .         | 255 "   | 289 "   |

Para que, neste País, haja produção relativamente digna, de trigo, necessitamos de uma área de cultivo de m/m 5.715.000 hectares. Isso representa 1/3 da totalidade das áreas atualmente cultivadas com as nossas 29 culturas comuns.

Praticamente, esses 5.715.000 hectares são quase 3 vezes mais a área em cultivo geral do Rio Grande do Sul, ou 12 vezes mais a nossa área explorada com trigo. Ou 9 vezes a soma das extensões cultivadas com trigo em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Um cultivo racional, com afolhamento, em rotação de 4 anos, exigirá área de quase 100.000 km<sup>2</sup>.

Na atual relação de habitantes e áreas cultivadas, só atingiremos tal extensão de cultivo quando o Rio Grande do Sul alcançar 37.000.000 e temos hoje só 4.000.000 de habitantes; e Santa Catarina e Paraná, juntos, tiverem 34.000.000. Mas aí, as necessidades de outros gêneros alimentícios impedirão tão alta extensão de áreas em cultivo com trigo.

Conclusão: ou se produzirá trigo em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ou jamais, pelos tempos em fora, o Brasil será auto-suficiente em tão precioso cereal.

Quando se fala muito e mpequena e média propriedade, vejamos a nossa produção em diversos Estados:

### Valor geral da produção-hectare em diversos Estados — 1949:

|                             | Cr\$     |
|-----------------------------|----------|
| Rio de Janeiro . . . . .    | 3.604,00 |
| São Paulo . . . . .         | 2.879,00 |
| Espírito Santo . . . . .    | 2.648,00 |
| Santa Catarina . . . . .    | 2.291,00 |
| Bahia . . . . .             | 2.230,00 |
| Minas Gerais . . . . .      | 2.215,00 |
| Paraná . . . . .            | 2.198,00 |
| Rio Grande do Sul . . . . . | 2.184,00 |

Descontando-se do valor da produção agrícola, a receita do Estado e dividindo-se pela população, encontramos:

|                             |          |
|-----------------------------|----------|
| Paraná . . . . .            | 1.080,00 |
| Espírito Santo . . . . .    | 1.005,00 |
| São Paulo . . . . .         | 775,00   |
| Santa Catarina . . . . .    | 662,00   |
| Minas Gerais . . . . .      | 634,00   |
| Rio Grande do Sul . . . . . | 627,00   |

Vejamos, agora, a produção mundial de carnes, em milhares de toneladas:

| Anos           | Argent. | Canadá | E. Unidos | Austrália |
|----------------|---------|--------|-----------|-----------|
| 1945 . . . . . | 1.215,6 | 794,4  | 6.968,4   | 999,6     |
| 1946 . . . . . | 1.185,6 | 676,8  | 6.259,2   | 818,4     |
| 1947 . . . . . | 1.429,2 | 601,2  | 7.364,4   | 900,4     |
| 1948 . . . . . | 1.251,6 | 637,2  | 6.676,8   | 957,6     |
| 1949 . . . . . | 1.255,2 | 643,6  | 7.090,8   | 1.008,0   |
| 1950 . . . . . | 1.122,0 | 583,2  | 7.276,0   | 1.068,0   |

Em 1949, a Argentina exportou 321.972 toneladas de carnes para a Inglaterra. Em 1950 a exportação com o mesmo destino alcançou somente 263.339 toneladas.

A exportação australiana para a Grã Bretanha em 1949 atingiu 223.974 toneladas; em 1950, mal pôde chegar a 178.186 toneladas. Isso representa 10% de aumento sobre a produção de antes da guerra, mas não nos esqueçamos que tal aumento não apresentou vantagens para a exportação, pois o consumo interno dos países produtores vem aumentando pelo crescimento das populações. Tanto que as carnes exportadas em 1949, representam 11% ou sejam 227.000 toneladas a menos que nas épocas de pré-guerra.

Só a Europa, cuja maioria dos países importa carnes, em 1950 sofreu uma queda de 100.000 toneladas (25% m/m) comparada com as importações de 1939.

Ao que parece, em matéria de carnes, jamais a Europa poderá importar as mesmas quantidades que importava nas épocas de pré-guerra, pela simples razão de que mesmo aumentando a produção mundial, o consumo interno dos países produtores absorveria o acréscimo.

Cada habitante do mundo dispõe, hoje, só de 0,333 de cabeça de bovino.

O Brasil, que já possuiu, por muito tempo, de 1 bovino por habitante, está reduzido para 0,950.

No Estado do Rio Grande do Sul, o que já foi foi de um derabando de 4 cabeças de bovino por chamado de eminentemente pastoril, senhor que habitante, mal e mal alcança, agora, 1,8.

Para que o brasileiro possa ter uma dieta decente de carne bovina, necessário que, dentro dos atuais valores de desfrute dos rebanhos e de rendimento de carne por cabeça, dobremos o número de cabeças bovinas dos nossos rebanhos. Doutra forma, devemos aumentar nosso desfrute para 20%, aumentar os rendimentos de carne de 47 e 50% para 54 e 56% ou alcançar novilhada precoce, capaz de ser abatida aos 2 anos. Para tanto uma série de medidas seriam necessárias, entre elas a melhoria das pastagens.

Com os atuais preços baixos que se pagam pelos bois, nenhum criador se lançará na aventura de ser o primeiro lavouzeiro para depois ser criador de vacas.

Segundo estudos que procedi, em 1951, no Rio Grande do Sul, cheguei aos seguintes resultados médios de rendimento bruto por hectare:

**Orizicultura** — (base de 100 sacas por quadra — verdade hoje a média é de 80-90 sacas).

Cr\$ 5.985,00 podendo ir até Cr\$ 11.980,00

**Triticultura** — (base de 750 quilos por hectare).

Cr\$ 1.875,00, podendo ir até Cr\$ 3.000,00.

**Criação bovina** — (só) (base 55 cabeças por quadra).

Cr\$ 122,60, podendo ir até 150,00 .

#### Exploração das terras no Brasil

Superfície total: 8.516.037 km<sup>2</sup>.

Terras não aproveitadas pelo homem, selvas, agricultura recoletora, etc. — 7.446.422 km<sup>2</sup>.

Pastagens, 381.409 km<sup>2</sup>. Agricultura, 188.204 km<sup>2</sup>.

Hectares em atividades agropecuárias ..... 106.969,00.

População nos 106.969.000 hectares 26.750.000.

Resultado: 4 hectares para cada brasileiro agricultor ou criador.

Mas em agricultura mesmo, não temos ..... 20.000.000 hectares trabalhados.

Consequência: Um país que poderá sustentar 2.000.000.000 de pessoas, alimenta hoje, mal e parcialmente só 53.000.000.

Só com a introdução de melhoramentos, sabemos todos, e principalmente quando se **socializa**, é que a terra pode exercer sua **função econômica**.

Vale a terra, pois, só quando entra em relação com os homens, com o agricultor, com as **instituições sociais**.

Ai, serão a apropriação, a ocupação, o trabalho e as comunicações as principais características do **estado social da terra**.

Terras inaproveitáveis, desocupadas ou sem vias de comunicação não terão significação econômica alguma. Ainda quando a terra possua todos elementos e condições ecológicas, mas lhe faltam **condições de socialização**, economicamente não será considerada como fator de produção.

Também, quando, por causas diversas, a população de uma região emigra, abandonando as terras que antes ocupava, estas perdem qualquer valor econômico, por isso que se **dessocializam**, como vem acontecendo em certas zonas nordestinas. Por outro lado, a localização das terras em relação aos mercados ou núcleos consumidores pode ser causa importante de seu valor econômico, mesmo quando, sua fertilidade seja inferior, todos sabemos, o custo dos transportes cresce com a distância dos mercados.

Taylor já disse, com sua autoridade de mestre, que a terra pode variar em seu poder produtivo conforme a fertilidade e as suas **condições sociais**.

Assim sendo, uma terra, ainda que agrologicamente pouco fértil, pelas **condições de socialização** pode, em outros sentidos, ter um **alto valor econômico**.

Não se confunda, pois, com evidente má fé, como fazem comumente os mal-intencionados, **socialismo agrário** com **socialização das terras**. As grandes extensões de terras, no Brasil, não necessitam de **socialismo divisionista**, mas urge, isso sim, dar-lhe **condições adequadas de socialização**.

Ainda, para que se possa encontrar **função econômica na terra**, deveria ela preencher as características de um **bem econômico**: que seja útil e que exista em quantidades limitadas.

No Brasil, ainda hoje, terras que embora possam ser consideradas úteis, por sua fertilidade, pelas falhas de **intima socialização** não serão consideradas como **bem econômico**; porque o homem que a ocupa não possui saúde para trabalhar ou porque estejam sem relação alguma com os centros de consumo pela falta de vias de comunicações.

Sabido que a técnica agrônoma hoje pode corrigir as terras na sua falta de condições de estrutura ou de elementos que a integrem.

Entre nós, todavia, em sua maior parte, por nossa técnica primária ou inexistente, ou pelos custos excessivos de correção, estas terras não poderão ser consideradas **bens econômicos**, pois que ainda é prematuro.

Também as condições climáticas, em certas regiões, impedem total ou parcialmente, seu aproveitamento; chamaremos tais terras de **bens econômicos**?

Noutras zonas, os **fatores de utilidade da terra** estarão mais relacionados com os processos técnicos do que com os econômicos.

A quantidade limitada ou ilimitada, com fator econômico, relaciona-se mais com a população existente do que propriamente com as extensões, como é óbvio.

Sobre todas essas considerações quais os estudos já realizados no Brasil?

Quem não for zafêlo sabe que o processo técnico, no Brasil, influi muito mais na economia da produção do que os fatores sociais.

Noutras partes, as condições de limitação das terras poderá prejudicar a função econômica.

Em tais casos, o regime da propriedade, ou do uso das terras poderá influir na produção, no seu custo e na vida da sociedade. Entre nós, econômica e socialmente, em nada infundará.

Não temos, também, nenhum estudo sério e completo sobre a influência da variabilidade do clima no processo produtivo da terra, e consequentemente na combinação dos fatores produtivos. Nem sequer conhecemos as condições ótimas adequadas de solo e clima como pretender legislar sobre a terra como bem de produção. Assim sendo, cometamos a barbaridade de legislar também sobre calor, luz solar, unidade, ar e substâncias alimentares das plantas. E tanto isso é necessário porque nesses fenômenos meteorológicos e na sua distribuição é que encontraremos o ótimo de germinação, de crescimento, de floração e de frutificação.

Divisão e distribuição de terras ainda que férteis, mas de climas diversos, jamais atenderão interesses sociais justos. Ainda veremos socialistas agrários desejando distribuição aquitativa de chuvas.

Desconhecedores ainda das leis da Natureza, já queremos leis que, certo, virão infringir as naturais e bem duramente.

Consequiremos, isto sim, é piorar situações econômicas já bastante sérias, e agravar problemas sociais que as cidades criaram e cevaram.

Conheçamos e respeitemos, antes, a Lei do Mínimo fisiológico, a dos incrementos não proporcionais crescentes ou decrescentes, a da Colheita Perolita, a lei do ótimo definido, as leis primordiais da agrobiologia e tantas outras.

Então, veremos que o aumento da produção no Brasil, depende mais da maior cultura e eficiência dos poderes públicos do que propriamente do regime de propriedade das terras.

Nosso problema ainda não é agrário; é eminente e profundamente agronômico.

Até hoje encontram-se nações chamadas de produção rudimentar, de produção média e de produção superior.

Na primeira, a natureza vale mais que o homem, e é ela que domina no processo produtivo, e tanto mais quanto mais baixo for o nível intelectual do agricultor.

Na segunda, na produção média, o Homem e a Natureza pode-se dizer, se equivalem na importância — quando passa a domesticar os animais, quando já reproduz as plantas, quando lavra as terras resiste ao clima e aos agentes naturais hostis.

Na Produção Superior, o homem passa a predominar porque aumenta sua produtividade pelo capital, aperfeiçoa o preparo da terra, sua adubação, adquire maior domínio sobre os elementos naturais, dirige o processo produtivo com maior acerto.

Na 1.<sup>a</sup>, domina a Natureza, é o que chamamos de produção dentro de uma economia de consumo.

Na 2.<sup>a</sup>, quando domina o trabalho, teremos a produção de uma economia de trocas.

Produção de uma economia monetarizada é aquela em que domina o capital.

Mas hoje, uma e outras passam a dar lugar a produção ultra superior.

Nessa vamos encontrar o aperfeiçoamento máximo da produção, quando a técnica e a organização atingem maior importância.

É a fase da inteligência e da cultura. É disso que precisamos.

No Brasil de um modo geral, estamos entre a produção rudimentar e a produção média. Felizmente, há exceções gloriosas que nos fazem parecer nação de 1.<sup>a</sup> classe. São aquelas em que a inteligência e a cultura e o capital dominaram.

Pretender nesta altura dos acontecimentos, que o regime da propriedade (reforma agrária) assumirá maior importância no progresso do país o desejamos tão só atingir o domínio da natureza o que seria desejar o 2.<sup>o</sup> estágio, o de equilíbrio do Homem e a Natureza.

Não, não é não. Enveredemos, o quanto antes, pela estrada larga, consoladora e extensa da instrução da educação e da cultura técnica.

O espírito culto, a inteligência bem armada e a noção do dever darão ao Brasil altas possibilidades econômicas e sociais. Terra, sem mais nada, quando muito, poderá servir de sepultura.

Inteligência, instrução, educação e saúde farão com que o homem transformasse as terras do Brasil no celeiro do mundo.

Somos iguais à China, à Rússia de ontem, à América Central, à África, não pelo regime da propriedade, mas pela nossa incultura, pela nossa incapacidade racional de lidar com a terra.

O da Nação se atribui plenamente a propriedade e domínio das terras permitindo ou não a propriedade privada dentro dela, ou a Nação reconhece plenamente a propriedade privada, à qual poderá impor as normas e restrições do nosso sistema constitucional, mas isso pouco de nada influirá no progresso e na civilização do Brasil.

O que é criar o homem, física, intelectual e moralmente são.

O que é inegável é que a agricultura dentro dos princípios da propriedade privada da terra tem tido o seu mais vantajoso desenvolvimento, aliás como acontece com as demais indústrias.

A América do Norte é o mais significativo dos exemplos.

Não se pode negar que foi dentro do individualismo, de propriedade privada da terra, da liberdade de iniciativa, da organização e do manejo da empresa agrícola que ali se alcançaram os maiores progressos do mundo.

O que os russos quiseram, com a grande revolução, não foi a distribuição de terras ou anulação do regime da propriedade.

O que pretenderam e conseguiram, foi a extinção do regime escravizante dos "Nujicks e dos boyardos".

Onde desaparece a propriedade privada, também o comércio agrícola individual deve desaparecer, pois que este deve ser controlado pelo Estado.

Todavia, no Brasil, dever-se-á criar um sistema de apropriação normado, pois, que isso deriva da própria natureza da nossa economia, seja ela liberalista, socialista, fascista, comunista ou de qualquer outra concepção filosófica, pois que enquanto houver sociedades humanas, teremos economias humanas, que sempre necessitarão, corre-

latamente de bases normativas para sua existência e progresso.

Nossa economia rural é ainda bastante fraca e instável. Talvez por isso, vivamos a bater nossas mãos calosas às portas desalmadas da administração pública, numa crença que já se avoluma por

O poder fiscal suga-nos tudo, então pedimos demais de que o governo seja "Deus ex-machina", auxílios financeiros que o governo não nos tem negado. Fecha-se, assim o círculo vicioso. O mesmo governo que nos arranca as poucas rendas devolve-as após, a título de auxílio ou subvenção.

É o dinheiro, que como capital, tanto poderia ser útil ao Poder Público como ao agricultor, não trás benefícios a ninguém, porque gira sem função, gira às tontas. Outras vezes, o auxílio federal que recebemos vai direto para os cofres estaduais e municipais, com nomes variados como impostos, contribuições e taxas.

Quantas vezes, no ermo e no silêncio dos campos pensamos: não serão as taxas, o maior mal do Brasil? E nós, presados irmãos, somos agricultores que sabemos ler e escrever e que podemos viajar para chegar ao Poder Público e exigir "justiça econômica para o produtor rural". Mas os nossos irmãos mais pobres, que lá ficaram no fundo dos campos ou no alto da encosta, árida e rude, esses estão pensando:

Porque as populações das cidades cresçam muito e porque os gêneros alimentícios escasseiem ou encareçam por falta de transportes ou por excesso de intermediação e de aproveitadora a lei dos homens da cidade vai corrigir tudo; darão nossas aos irmãos urbanos. Muito bem. Deixaremos de sofrer.

Mas completem a lei: dêem a nós as casas da cidade que já lhes haviam doado antes.

Dizia-se, há tempos, um colono, descendente de alemães, mas vivendo nas ingremes terras da região colonial italiana: "Subo sempre o morro. Diariamente, subida feroz, tão feroz que 40 anos de trabalho exigiram 14 burros de carga. Todos eles morreram macetas".

Mesmo assim nossa economia nacional ainda é sustentada pela lavoura e pela pecuária. Da nossa magra lavoura e da nossa criação que mingua, por muito tempo em fora, dependerão o bem estar (e assim podemos dizer) dos brasileiros e da coletividade.

Nossa cultura, nossa civilização e nossa felicidade só podem atualmente, encontrar bases seguras e sãs nos trabalhos árduos do homem do campo.

Somos, não há negar, o maior Banco de Sangue do Brasil. Vivem nossos irmãos da cidade com o sangue que lhes doamos. Mas este sangue custamos a própria vida. Muito de nós, os mais pobres e mais fracos, como as populações marginais de Troy têm comido terra. Josué de Castro, o grande sábio brasileiro, na "Geopopitica da Fome" afirmou: "Basta ver o que ocorre entre as populações primitivas da Africa Equatorial e das regiões quentes da América do Sul, que, sofrendo de deficiência de ferro, pelo uso de uma alimentação incompleta, e pela espoliação do seu sangue pela verminose endêmica vão buscar um suprimento desse mineral comendo terra!

Este fenômeno da geofagia não é mais do que uma defesa instintiva do organismo contra a fome específica em ferro".

Nosso Congresso vai ser encerrado.

Ao que parece, já vamos sentido saudades agri-doces desses dias tão gratos e tão cheios de

alegrias claras. Somos todos iguais. A sofrimentos e dores no norte, no centro, no sul e no "hinterland". Mas também a largas compensações, como foi este Primeiro Congresso Rural Brasileiro.

Arrisquemos mais uma vez: depositemos nossa confiança nos poderes públicos. O Presidente da República é fazendeiro na minha terra querida e dídios. Possivelmente, em parte, seremos atendidos neste amado Brasil. Creio que seremos compreendidos. O Ministro da Agricultura é produtor de açúcar. O Brasil precisa de nós, e quer que sejamos atendidos.

Em verdade, pedimos muito; mas é inegável, necessitamos de muito mais.

Saiam os irmãos da cidade que as classes rurais estão hoje, como aliás sempre estiveram, ao serviço dos homens e dos interesses do Brasil, e porque elas trabalham e produzem é que é dado ao país viver e engrandecer-se.

Saiam que o campo é ainda a maior reserva da grandeza nacional.

Nos seus homens dignos e trabalhadores, nas suas terras promissoras, estão, porque devem estar, as maiores e melhores esperanças do nosso futuro econômico grandioso.

Vamos partir de regresso à querência. Não nos esqueceremos.

A proposta do representante do Pará é bem uma prova disso.

Antes, porém, rendamos as nossas homenagens ao nosso querido Presidente Mario de Oliveira. Homem sereno, homem bom, de altas virtudes e de esplendidas qualidades. Mais pareceu um Pai, do que mesmo um presidente. Também os nossos agradecimentos ao pessoal da Sociedade Nacional de Agricultura.

E por fim, agricultores do Brasil, nossa prece à terra.

Velha terra dadivosa, benfazeja e amiga!

Nunca a humanidade deixou de encontrar recompensa utilíssima quando te trabalhou.

Sempre o galardão surpreendente dos frutos abençoados ao homem que te rasgou; abundância triunfal pelo seu esforço, pela sua pertinácia; exuberância desmedida pelo seu labor, pela sua fadiga; fartura feliz pelo seu suor honesto.

A princípio, o homem rompeu-te com as mãos sangrentas, feriu-te com a pedra dura, fendeu-te com os toscos utensílios de madeira, abriu-te com os primitivos instrumentos de ossos.

Depois, com o ferro que tombou dos céus, passou a lacerar-te as entranhas silenciosas.

E a civilização avançou...

Mas o homem, sempre, sempre e cada vez mais, presa contente e feliz da terra bendita.

Fundiram-se... irmanaram-se.

Assim vai a humanidade cumprindo o seu atormentado destino sobre a terra consolatória.

E todos os incomensuráveis tesouros do solo passaram a pertencer ao homem... pela agricultura.

A carne, o trigo, o leite, a fruta, a lã, a madeira, o algodão, o mel, a seda... É a agricultura transformando a terra... criando o ser.

Metamorfose da semente milagrosa, dos sais, dos gases, das águas fecundantes da chuva... em colheita generosas onde palpita a vida.

Agricultura... pão que o arado arranca da terra!

Nobre, digna, bela, divina a missão do agricultor.

Abrigando... vestindo... alimentado.

# Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, o otimista do Petróleo no Brasil

LUIZ MARQUES POLIANO

Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura

Não temos notícia de outro brasileiro mais confiante nas nossas possibilidades petrolíferas, e de maior visão do problema, do que o saudoso republicano Engenheiro Ildefonso Simões Lopes.

Agora que o petróleo ocupa as primeiras páginas dos jornais, divide opiniões, empolga as classes e leva o Governo, em seus vários setores, a procurar solucionar-lhe os múltiplos aspectos, é de justiça lembrar o nome ilustre desse grande patrício, que há mais de trinta anos, com fé inabalável em nosso futuro, tomou as primeiras providências oficiais de ordem técnica para a sistematização da pesquisa do óleo mineral e procurou, através de iniciativas no Congresso, disciplinar-lhe a exploração.

Participando do governo Epitácio Pessoa, como Ministro da Agricultura, coube-lhe a primazia das primeiras iniciativas naquela Secretaria de Estado, havia poucos anos em funcionamento e, por isso, ainda desaparelhada nesse e em outros terrenos de sua importante atividade.

Quando ainda nem o problema do aproveitamento do nosso carvão de pedra para o coque metalúrgico estava resolvido, tanto que para isso foi enviado à Europa o Professor Fleury da Rocha, a fim de “nos elucidar completamente sobre as propriedades desses minerais, após insanos trabalhos de coleta, esquisitos incêndios e outras dificuldades”, é de admirar-se o entusiasmo com que o Dr. Simões Lopes se atirou à tarefa de despertar para o assunto do petróleo a atenção dos nossos responsáveis.

Em 1921 criou no Ministério da Agricultura a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, embrião do atual Instituto de Tecnologia, sob a direção de Ernesto da Fonseca Costa e, com a cooperação de Gonzaga de Campos, prosseguiu nas obras de sondagens do sub-solo, iniciadas em 1917, apesar das escassas verbas disponíveis.

É de lamentar, dizia no seu relatório de 1921 — “não dispôr o Ministério de recursos dez vezes maiores, não só para os trabalhos de sondagem, como para o levantamento de uma carta geológica do Brasil”.

Não lhe escapava a circunstância de que a Argentina, em poucos anos, havia dispendido nos seus trabalhos de pesquisas petrolíferas cerca de 500 mil contos, enquanto o Brasil, de 1917 a 1920, apenas gastara nesses serviços somente pouco mais de 5 mil contos.

Simões Lopes acreditava firmemente na existência do petróleo em solo brasileiro: “Eu mesmo tive o ensejo de acender o meu cigarro em chama de gaz natural extraído do sub-solo paulista e trazido em garrafão para a Estação de Combustíveis e Minérios, que fundamos em 1921” — repetia, em memorável conferência perante a Sociedade Nacional de Agricultura, em 1936.

Não se deixava esmorecer por opiniões contrárias ao seu otimismo, como a do geólogo White, que visitou o Brasil em 1905, a convite do ministro Lauro Muller. Este técnico baseava-se na teoria de que não poderia ocorrer o petróleo em terrenos de rochas eruptivas, como os que formam a parte sul do Brasil.

“O meu otimismo, dizia Simões Lopes, revelado no Parlamento e fora dêle, provém da observação constante do que ocorre no estrangeiro e da confiança que me inspiram os chefes de serviço do Ministério da Agricultura, a cuja frente se achava, então, o meu grande amigo e grande sacerdote da bondade e do saber — Gonzaga de Campos”.

Em conferência pronunciada em Pelotas, sua terra natal, em 21 de novembro desse mesmo ano, afirmava que, o que era preciso, “acima de tudo, o que é urgente, é descobrir-se jazidas dêsse mineral em diversas regiões do país, visando o combustível barato para todos os misteres”.

A argumentação dos que achavam temerário o emprêgo de esforços e de capital na procura do ouro negro, contrapunha o saudoso ex-ministro da Agricultura a de que nos cabia, a todo transe, insistir na pesquisa, até que todos os recursos se esgotassem: “Se tais sondagens forem porventura negativas, teremos cumprido um dever tècnicamente insinuado no terreno das investigações”.

Deixando a Pasta da Produção em Maio de 1952, não pôde prosseguir no seu trabalho em prol do nosso petróleo. Reenceitou-o depois na Câmara dos Deputados, através de projetos e pareceres que ainda hoje devem merecer a melhor atenção dos brasileiros.

Não era apenas o aspecto geológico ou técnico que o preocupava nessa questão do óleo mineral: preconizava a necessidade de, “com certa previdência, instituir-se uma legislação segura para evitar o que ocorreu em outros países do nosso próprio continente, forçados a medidas de emergência para garantirem o domínio de tão importante riqueza”, “cobiçada por companhias poderosas de alguns países fortes e cuja pressão se tem feito sentir em tôda parte”. O seu parecer de 20 de Junho de 1927 apresentado à Comissão de Agricultura da Câmara, alertava o país para certos aspectos do complexo problema, alvitando a adoção de uma lei especial, “vazada no sentido expresso da nacionalidade”, que o disciplinasse, resguardando os superiores interesses do

Brasil: “precisamos defender êsse grande patrimônio da Nação no futuro, evitando se realize o bote daqueles que pretendem controlar, na nossa própria terra, a valiosa riqueza indispensável ao desempenho do nosso papel histórico na obra da civilização contemporânea”.

O seu nacionalismo não era daqueles que se manifestam nos “berros histéricos do jacobinismo barulhento e inócuo”, mas o que se traduzia no “vigor equilibrado das nossas forças propuloras, no fomento das nossas riquezas naturais, na defesa extrema daquelas que são o esteio da grandeza e da soberania da Nação”.

Eis porque era contrário à hostilização do capital estrangeiro; no caso do petróleo, reconhecia, contudo, que deveria haver cautelas especiais, porque êle era de “excepcional relevância militar e econômica”.

De 1927 a 1930, na Câmara, são notáveis os seus trabalhos, em pareceres e projetos, a respeito da pesquisa e exploração petrolíferas. É de citar-se o seu trabalho “O petróleo no mundo e a exploração dessa indústria no Brasil. Necessidade de lei especial. Sugestões”. Trata-se de parecer apresentado à Comissão de Agricultura da Câmara, no qual são traçados rumos seguros não só à pesquisa como à legislação que, a seu ver, se tornava necessária ao advento da indústria, cercada das necessárias garantias à nossa economia e à nossa soberania, acompanhada do ante-projeto regulando a propriedade e a exploração das jazidas de petróleo, organizado pelo Dr. Euzébio de Oliveira. No seu discurso, publicado no Diário do Congresso de 24 de Dezembro de 1927, após dizer que, além do carvão, outro elemento de maior valia surgira — o petróleo — conclamava o Brasil a “resguardar com usura” essa riqueza. Advogava a passagem, ao domínio do Estado, das jazidas de óleo mineral, que a Constituição, lamentavelmente, não permitia, embora, em muitos casos, impossível se tornava a divisibilidade dessas minas entre os diversos proprietários do solo.

Sob o título “O petróleo brasileiro”, foram publicados pelo Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, por iniciativa da comissão que em 1945 se organizou para homenagear a memória do Dr. Ildefonso Simões Lopes, de que tivemos a honra de fazer parte, em volume de 275 páginas, não só a conferência pronunciada na Sociedade Nacional de Agricultura a que durante longos anos serviu como Presidente, como uma preciosa documentação das atividades do saudoso homem público na Câmara dos Deputados, relativa ao petróleo.

Seria de muito proveito a leitura desse valioso documentário por quantos se interessam pelo momentoso problema.

Há ali muito patriotismo, muito conhecimento de causa e, sobretudo, muita isenção — visto que tudo aconteceu antes da agitação de que se cerca hoje o caso do petróleo no Brasil.

# A Educação na Comunidade Rural Brasileira

Engenheiro-Agrônomo  
ARTHUR NATIVIDADE SEABRA

Na estrutura da Sociedade Rural a comunidade constitui um elemento de primordial importância.

A Comunidade é um dos grandes núcleos da Sociedade moderna e, como tal, ela deve oferecer condições e meios para que os indivíduos tenham os serviços essenciais, indispensáveis a sua subsistência e prosperidade.

A educação, para aperfeiçoar e preparar os indivíduos, ensinar-lhes novas técnicas e dar-lhes novos conhecimentos, constitui trabalho de relevância invulgar para a vida e o desenvolvimento da sociedade comunitária.

Segundo Jefferson, "a Educação é a carta da Liberdade e a Agricultura o suporte de seu programa objetivo". Isto significa que ao lado das condições e dos elementos necessários para uma educação sadia e objetiva, uma comunidade deve ter, também, condições e elementos para o estabelecimento de uma boa e próspera agricultura.

Na Comunidade Rural a educação é ministrada através de instituições seculares, como a família, a escola e a igreja, além de outras de não menor importância, como Associações, Sociedades, Clubes e Bibliotecas.

A família, como núcleo primitivo da Sociedade, cujos vínculos se prendem aos mais remotos tempos da pré-história, desempenhou e desempenha funções de suma importância social entre as quais destacamos "a educação e preparo dos jovens adolescentes".

A escola é, contudo, a primeira instituição educativa da sociedade.

A igreja é também uma grande força, especialmente para a educação moral dos membros da comunidade, onde é a inspiradora do bem e o baluarte da fé.

Entre os meios de que a comunidade se utiliza para educar, são denotável alcance e eficiência o rádio e o cinema, modernos agentes da civilização e que atingem, indistintamente, moços e velhos, analfabetos e alfabetizados, doutos e leigos. Também os cursos de extensão agrícola e os cursos por correspondência, bem como livros, folhetos, revistas e jornais, contribuem de maneira expressiva para a educação. É verdadeiramente impressionante a influência e a importância educacional do rádio e do cinema. Éte, aliando a palavra falada à música e à imagem viva e colorida, apresenta atrações e recursos que só encontram paralela na televisão. Infelizmente a televisão ainda não está difundida no meio rural brasileiro.

A Comunidade, como elemento orgânico de grande importância na estrutura da sociedade, não

pode prescindir de um índice elevado de educação, poderoso fator para o engrandecimento e a prosperidade nacional.

Para termos uma idéia da influência do grau de educação, na capacidade realizadora do elemento humano, examinemos o trecho a seguir, do Sr. Ching Chão W. Diz ele: "A China se vale de 140 milhões de pessoas para lavrar 300 milhões de acres. Os Estados Unidos empregou apenas 10 milhões para fazer o mesmo trabalho." Estes dados apresentados de maneira espetacular, servem para pôr em evidência o valor da educação, do preparo técnico e da capacidade realizadora de um povo, e mostrar, em outros continentes, em outro país, os prejuízos causados pelo trabalho rotineiro e primitivo de população atrasada.

Portanto, está reservada à educação, ao trabalho seletivo e orientador dos mestres, a solução de alguns dos nossos mais graves problemas.

Coerentes à realidade nacional e educando para servir ao Brasil, estaremos nos ajustando ao sentido social e político da moderna civilização.

OBS.) — O presente trabalho é o resumo da palestra que o autor fez no Curso de Formação de Agentes de Educação Rural no dia 2 de Setembro, a convite do Prof. Geraldo Goulart da Silveira, coordenador do referido Curso ministrado pela Fundação Getúlio Vargas em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola.

## AOS FAZENDEIROS, AGRICULTORES E CRIADORES

### "A FAZENDA"

Revista agrícola pecuária e industrial, impressa nos EE. UU. em língua portuguesa, em finíssimo papel "couche". "A FAZENDA" em indispensável aos agricultores e criadores pelos seus valiosos ensinamentos. Peça HOJE MESMO uma assinatura no "DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO CULTURAL AGROPECUÁRIA" da "S. A. F. R. A." — Caixa Postal 5456 — Rua Brig. Gálvão, 351 — Fone: 51-8173 — Escritório no Centro, Rua 15 de Novembro, 200-12.º andar — sala 6 — Telefone: 34-9533 — São Paulo — Brasil. Assinatura de UM ano Cr\$ 100,00; 2 anos 175,00; 3 anos, 225,00. As remessas podem vir em cheque nominativo pagável em São Paulo, em dinheiro, com valor declarado ou por meio de vale postal. SA-FRA, agentes da revista p. todo o Brasil. "Na mecanização da lavoura para a grandeza do Brasil". — Mecanize sua lavoura. Enviaremos orientações a quem solicitar-nos.

# Algumas considerações sobre o combate aos carrapatos

EURICO SANTOS

O presente trabalho visa apenas trazer algumas informações sobre o combate aos carrapatos. Dada a importância do assunto, pois, como é sabido, a existência de carrapatos é incompatível com o aperfeiçoamento zootécnico do gado bovino, tais informações são justificáveis e necessárias.

Vamos, nesse ensejo, resumir estudos técnicos feitos em nosso meio por veterinários experimentadores. Relatamos, resumindo, como divulgador, e não como técnico.

## COMBATE AOS CARRAPATOS DOS BOVINOS

Hoje é matéria inconteste que os banhos arsenicais não têm ação sobre certas fases da evolução do carrapato que, aliás, adquire formas de resistência. Assim a praxe estabelecida de dois banhos espaçados, nos rebanhos bovinos, de 18 a 20 dias um do outro, não alcança os fins visados e, portanto, julga-se mais acertado dar 2 banhos, espaçados, 6 dias um do outro. Isso, entretanto, quando se trata de erradicação do carrapato, mas se tratarmos de um banho de limpeza, bastará um só. Quer dizer, nas grandes fazendas de criação extensiva, onde é uso banhar o gado, só uma vez ao ano, no período de maior afluência dos carrapatos, não visando portanto a erradicação do parasito, usar-se-á um banho forte, no máximo da dose, que é na concentração de 0,22% de arsênico.

Quando, entretanto, o fazendeiro estiver preocupado em eliminar os carrapatos de sua propriedade ou ao menos, mantê-los em ocorrência mínima, recomendam-se os banhos fracos, na concentração de 0,14 a 0,17% de arsênico.

O método indicado neste caso é dar dois banhos, espaçados de 6 a 8 dias, na concentração arsenical de 0,14 a 0,17% ao começo do trabalho da extinção dos carrapatos e, a seguir, banhos de média concentração (0,20% de arsênico), estes com intervalos de 20 a 20 dias.

Experiências realizadas em vários países e também entre nós, em várias regiões de São Paulo, Estado do Rio e Rio Grande do Sul com DDT pulverizado em suspensão aquosa a 1%, mostraram "que quando o tratamento não excede de 25 dias, o gado tratado fica praticamente livre de carrapatos."

## O COMBATE AOS CARRAPATOS

A propósito dos carrapatos dos cães posso afirmar que os carrapaticidas mais usuais para combater o carrapato do boi, não têm ação decisiva no carrapato canino.

Recomenda-se a seguinte pulverização:

|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| Butóxido de piperonil ..... | 0,2    |
| Piretro .....               | 0,1    |
| Água .....                  | 100 cc |

Para uma pulverização — M. J. Mello, veterinário, observou a morte dos carrapatos dentro de 24 a 48 horas.

Também pode ser usado timbó:

|                                           |         |
|-------------------------------------------|---------|
| Extrato de pó de timbó (em acetona) ..... | 50 cc   |
| Alcool de 60° .....                       | 1 litro |

Aplica-se como loção em todo o corpo. Não deixar que o cão se aproxime do fogo.

## OUTROS CARRAPATOS

Em referência ao carrapato do chão (Ornithodoros) cuja picada além de dolorosa ainda provoca úlceras de difícil cicatrização, muito comuns no interior, devemos recomendar certos cuidados.

Em primeiro não arrancar o carrapato à força e sem pingar em cima dele uma gota de benzina ou de amoníaco ou extrato de tabaco. O parasito desagarra-se e então basta apenas tirá-lo e pinçar o local com iodo, melhor que mercurocromo.

Para atenuar as comichões: pomada mentolada, ou pomada de óxido de zinco.

## CHÁCARA SANTA CRUZ

Grande cultivo de coqueiro anão

Avenida da Areia Branca

Curato de Santa Cruz - Distrito Federal

VENDEM-SE MUDAS SELECIONADAS

Encomendas: Rua Miguel Lemos, 126  
Fone 270521 — COPACABANA

# Plano de Fomento da Pecuária do Distrito Federal

Mais 165 mil litros de leite para o consumo carioca

*Será debatido mais uma vez, quarta-feira próxima, o importante documento aprovado pelo S. João Carlos Vital — De 35 mil litros diários para 200 mil — Instalação de 10 granjas-modelo, para criar melhores condições de saúde dos rebanhos — O problema das pastagens e dos alimentos concentrados, ao lado do auxílio técnico e financeiro — A palavra do Sr. Heitor Grilo, secretário da Agricultura, no programa "Cartas na Mesa", da Rádio Nacional, que anunciou ainda a construção de usina de pasteurização, para produção do leite tipo B*

O Sr. Heitor Grilo, Secretário da Agricultura do Distrito Federal, analisou em programa radiofônico, o novo plano para fomento da pecuária leiteira na zona rural carioca, visando a ampliar a produção de leite e, assim, um maior consumo por parte da população, no momento apenas dispondo de 35 mil litros diários. O plano, já aprovado pelo Sr. João Carlos Vital, abrange aspectos técnico, financeiro e econômico, havendo aquele titular salientado, inicialmente, a parte de realização prática, ou seja a instalação de 10 granjas-leiteiras modelo, com finalidade de unidades-escola, construção de uma usina pasteurizadora, para produção do leite tipo B, e uma cooperativa de produtores, visando a uma melhor coordenação das atividades da pecuária.

Afirmou o Sr. Heitor Grilo:

— O documento aprovado pelo Prefeito Carlos Vital tem um objetivo de amplo interesse para a população carioca e entrará em discussão, em novo exame, de modo a possibilitar a sua execução sem grandes delongas. Pretende elevar a produção do nosso rebanho leiteiro — no momento de cerca de 140 mil vacas — de 35 mil litros diários (embora o carioca consuma 200 mil) para mais 145 mil. O ponto fundamental do plano é a instalação de uma usina de pauteurização, tipo escola e para produção do leite tipo B, de 10 granjas-modelo também com função de escola para orientação geral dos criadores e consequentemente acarretando a melhoria das condições gerais de saúde e alimentação do gado leiteiro.

## POR QUE O CARIOCA BEBE LEITE COM ÁGUA

Examinando as condições da nossa pecuária leiteira, o Sr. Heitor Grilo, juntamente com os

técnicos de sua Secretaria, teve oportunidade de mostrar o inconveniente e desvantagem econômica do emprego das rações balanceadas, as quais, seriamente, oneram as despesas do produtor e o levam a fraudar o leite, de modo a que a população tome, na realidade, 50 por cento de leite. O restante — basta se verificar a produção total do Distrito Federal — é apenas água, utilizada pelos granjeiros e distribuidores para contrabalançar os gastos que não conseguem normalmente superar. "Nessas condições — acentuou o Sr. Heitor Grilo — o plano visa a ensinar, nas granjas-modelo, as normas modernas de criação racional, com utilização e plantio de pastagens naturais, como se sumo de tais pastagens, sem a utilização dos alimentos concentrados, por natureza anti-econômicos, e ainda a assistência técnica e financeira propiaz nos países mais adiantados. O simples proporcionar ao pecuarista leiteiro carioca todas as possibilidades de aumentar sua produção média diária de leite, que é de cinco a seis litros diários. Como está( indiscutivelmente, é que não poderá continuar, produzindo o rebanho 35 mil litros, quando a população consome normalmente 300 mil.

## CONDIÇÕES SANITÁRIAS E VERBAS A SEREM EMPREGADAS

— O plano objetiva ainda — continuou o Sr. Heitor Grilo — distribuir nas terras compreendidas por Jacarepaguá, Santa Cruz, etc. mais 20 mil vacas, com aproveitamento das pastagens naturais. Ao mesmo tempo em que funcionam as granjas-escolas modelo, é feito o trabalho de tratamento sanitário, com vacinação contra brucelose, tuberculose bovina, etc., levantando-se destarte as condições de saúde do gado leiteiro. As verbas para execução do plano provirão da própria Secretaria, de estabelecimentos bancários particulares, com base no penhor agrícola e com a execução de uma lei municipal que determina a aplicação de 50 milhões de cruzeiros para financiamento da produção leiteira do Distrito Federal.

A margem do funcionamento das granjas — concluiu o Sr. Heitor Grilo — far-se-á o aproveitamento das terras em horticultura e agricultura em geral, além da apicultura em larga escala. Em resumo, trata-se de um plano que se baseia em disponibilidade financeira e que atende, em conjunto, aos vários aspectos do sério problema que constituiu a produção de leite no Distrito Federal. Sua execução dará bases racionais a essa produção e porá nos seus devidos termos questão de tão transcendental importância para a população carioca.

# As Semanas Ruralistas e os problemas do Homem Rural

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

As Semanas Ruralistas constituem, sem dúvida, um dos recursos mais eficientes e aconselháveis para, de uma maneira concreta e objetiva melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais.

Elas são eminentemente educativas e ilustrativas, e pelos resultados práticos já comprovados, merecem ser generalizadas e intensificadas em todas as regiões agrícolas do país.

Elas têm um grande alcance social e educativo e concorrem, de uma maneira satisfatória para, conjuntamente com outros recursos educacionais, para a formação da verdadeira mentalidade ruralista que deve predominar num país como o nosso em que a agricultura constitue o baluarte da economia nacional.

É preciso fazer chegar até aos nossos agricultores os princípios básicos da agricultura nacional a fim de que ele possa produzir em condições mais vantajosas; é preciso integrar o nosso homem rural na sua profissão e interessá-los pelos problemas da sociedade rural.

É inadiável uma campanha em largas proporções de recuperação agrícola e de valorização do homem rural, — fatores primordiais para a melhoria das condições de vida e de trabalho de nossa população rural.

Através de palestras, conselhos, sugestões, cursos rápidos, demonstrações práticas, etc., realizadas no próprio ambiente rural, convenientemente orientadas por técnicos e orientadores que conheçam bem não só o meio rural e seus problemas, mas, principalmente, a psicologia do nosso homem rural, com todas as suas sutilezas e complexos, conseguiremos, com grandes vantagens, atingir os elevados objetivos das Semanas Ruralistas.

Visando atingir tais objetivos é preciso, pois, que durante as Semanas Ruralistas, sejam promovidas:

a — palestras sobre os mais variados assuntos agrícolas, principalmente sobre aqueles de maior interesse e oportunidade para a região. Assim, por exemplo, nas zonas algodoeiras, os problemas relativos à cultura do algodão (uso da boa semente, preparo do terreno, plantio, tratos culturais, combate às doenças e pragas, etc.), devem merecer atenção toda especial; nas zonas cafeeiras, os problemas relativos à cultura do café devem ser convenientemente elucidados (agora mesmo, a broca do café vem exigindo medidas acertadas visando a defesa da produção cafeeira; nas zonas de criação, os problemas relativos à seleção, alimentação, profilaxia das enfermi-

dades mais frequentes, etc., devem merecer prioridade, e assim sucessivamente.

b — palestras sobre problemas fundamentais de todas as regiões agrícolas como, por exemplo a conservação do solo, o reflorestamento, etc.;

c — cursos rápidos eminentemente práticos e objetivos, visando, de uma maneira fácil e ao seu alcance, levar ao homem rural os conhecimentos básicos sobre os processos racionais de conduzir os trabalhos agro-pecuários;

d — demonstrações práticas sobre mecanização da agricultura, práticas culturais racionais (combate à erosão, fertilização dos terrenos, preparo de composto, irrigação, tratamentos fito-sanitários, etc.) e tantos outros problemas que, igualmente, devem merecer a atenção dos agricultores;

e — sessões cinematográficas com a exibição de filmes agrícolas educativos e elucidativos que ensinem sobre como trabalhar melhor, que demonstrem as vantagens da agricultura racional, etc.;

f — distribuição de livros, folhetos, circulares, revistas, etc., sobre assuntos agrícolas, escritos em linguagem clara, simples e acessível, de preferência bastante ilustrados, que, de uma maneira atraente e convincente cooperem para a racionalização das práticas agrícolas;

g — palestras sobre associativismo e cooperativismo, mostrando as vantagens da organização e colaboração entre os agricultores em defesa de seus legítimos interesses;

h — distribuição de sementes selecionadas, especialmente das plantas mais cultivadas na região e daquelas que embora não venham sendo cultivadas na região mereçam ser introduzidas;

i — distribuição de máquinas e ferramentas aos clubes agrícolas e aos lavradores de menores recursos;

j — palestras sobre a necessidade das culturas de subsistência (hortaliças, feijão, arroz, milho, etc.) e, bem assim a criação de pequenos ani-

mais domésticos (aves, abelha, etc.) visando a melhoria das condições de alimentação das populações rurais;

*k* — palestras e demonstrações práticas sobre higiene rural tratamentos preventivos e curativos das enfermidades mais frequentes na região, sobre medidas de higiene individual e coletiva, etc.;

*l* — demonstrações práticas sobre como melhorar as pequenas indústrias rurais domésticas, e sobre como desenvolver novas indústrias igualmente recomendáveis;

*m* — realização de exposições, concursos, etc. que estimulem e despertem o interesse da população rural para os problemas mais palpáveis para a região.

De acôrdo com os recursos disponíveis, as necessidades regionais, etc., muitas outras medidas, igualmente oportunas e recomendáveis devem ser tomadas visando a recuperação da agricultura e a valorização do homem rural.

## CONCLUSÕES

1 — As Semanas Ruralistas constituem um meio eficiente para fazer chegar até o homem rural os recursos da agricultura racional.

2 — Os resultados das numerosas Semanas Ruralistas levadas a efeito em várias regiões do país comprovam a necessidade de difundir-las cada vez mais.

3 — As Semanas Ruralistas têm um grande alcance social e educativo e concorrem para a formação da verdadeira mentalidade ruralista que deve prevalecer em um país como o nosso de base econômica nitidamente agrícola.

*Obs.* — O presente trabalho, de autoria do Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira foi apresentado à Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de Março e com parecer favorável do relator, Prof. Romolo Cavina, aporvado por unanimidade em sessão plenária.

# O Semeador

Conde de Monsaraz

Robusto semeador, quando semeias  
O ventre maternal da terra, quando  
A vás, de leira em leira, polvilhando  
Do farto grão que espalhas às mancheias,

O sangue que circula em tuas veias  
É força ancestral do miserando  
Servo da gleba, ó semeador, semeando  
A paz, fecunda e livre, por que anseias.

Ha séculos de fomes e canseiras  
Que só colhes, das rudes sementeiras,  
Despotismos e guerras pelo mundo...

E tu, na auréola de oiro que irradias,  
Quanto mais sofres, tanto mais confias  
No teu gesto pluvioso, amplo e fecundo!

# Recuperação Caféeira

O Sr. Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, em reunião realizada a 1 do corrente, ofereceu, ao exame dos seus companheiros de Diretoria, a seguinte exposição:

“A cafeicultura, desde meado do século XIX, com seu desenvolvimento, passou a exercer papel de decisiva importância na economia brasileira, como aconteceu em fins do Segundo Reinado se constituiu em coluna mestra de nossas finanças na República. Ainda hoje, o café concorre em 60% das nossas exportações.

A cafeicultura exige fortes inversões de capitais e já foi representada por mais de dois bilhões de cafeeiros produtores, tornando-se no Brasil uma das maiores riquezas agrícolas do mundo. Sobrevivendo a crises de várias naturezas, inclusive a da superprodução como a da safra 1929/30, que coincidiu com a depressão monetária no mercado mundial, o governo brasileiro foi levado a tomar medidas de amparo, por vezes enérgicas, que restabelecessem o **equilíbrio estatístico**, em relação aos mercados de consumo, quebrando assim o ritmo ascensional da marcha da produção.

A segunda guerra mundial, de 1939 a 1945, como não poderia deixar de acontecer, refletiu-se com o retraimento dos mercados internacionais, nas condições econômicas de nossa cafeicultura, levando o poder público a ampará-la com o reajustamento econômico.

Restabelecidos os mercados mundiais com a terminação da guerra, assistimos à volta do café como produto de larga solicitação, embora

surgissem na liça da concorrência competidores com o Brasil. Economistas nossos, como até grandes compradores do café brasileiro, chegaram a recear que houvessemos perdido a nossa maior riqueza agrícola. Esse receio se refletiu nos Estados Unidos, que ainda no corrente mês, por intermédio do Departamento de Agricultura, designou técnicos com a finalidade de verificar nas regiões produtoras do mundo, a possibilidade de contar com o afluxo de café para 115.000.000.000 de xícaras, consumidas naquele país.

Apesar dos abalos econômicos-financeiros, já se pode ter a tranquilidade, graças à energia do agricultor brasileiro para que se encontrasse a nossa cafeicultura em plena recuperação.

No grande Estado líder da Federação, que é São Paulo, opera-se o reerguimento ao surgirem as famosas ondas verdes de cafesais, tanto nas chamadas zonas velhas com a aplicação de métodos racionais (sementes selecionadas de novas variedades de linhagens criadas por seus geneticistas do Instituto Agrônomo de Campinas, adubações, irrigação, etc.), sem falar do Noroeste do Estado. O regime de trabalho agrícola adotado é o do **colonato**, em que ao trabalhador rural é assegurada a alimentação, com a terra para o plantio mediante contrato garantido pela **caderneta agrícola** com assistência judicial dada pelo governo.

Enquanto se pode anunciar êsse grande acontecimento na recuperação cafeeira graças à tenacidade inquebrantável do agricultor paulista, vemos também surgir nas terras fe-

razes do Paraná, o preamar de novos cafezais sob os cuidados vigilantes do seu governo.

Nos Estados de Goiás e Mato Grosso assinala-se, embora em menores proporções, acontecimento idêntico. Em Minas Gerais o seu governo toma providências para o plantio de 500 milhões de cafeeiros em bases racionais, enquanto o Estado do Espírito Santo, em novas regiões de suas ricas terras, restabelece o ritmo de sua produção cafeeira.

No Estado do Rio, a cafeicultura é assistida com orientação técnica para a melhoria dessa tradicional cultura e na Paraíba, Pernambuco e Bahia idêntica orientação se observa.

É êsse um panorama tranquilizador para o Brasil, que tem no café a sua maior riqueza e uma garantia para suas finanças. É assim que, ain-

da em 1951, exportou mais de 16 milhões de sacas para os seus tradicionais mercados consumidores. Resta que as diretrizes da política cafeeira, a serem confiadas ao futuro Instituto Brasileiro do Café, se faça sem quebra do princípio de livre empresa, sem controles rigorosos, tendo em conta principalmente o **custo de produção e a qualidade do café brasileiro**, bases fundamentais da sua boa situação econômica.

Temos, por conseguinte, diante de nós, o fenômeno da expansão da cafeicultura, fato altamente auspicioso para a economia e as finanças do Brasil, que pode proclamar a **recuperação cafeeira** em bases racionais, capazes de continuar a abastecer seus tradicionais mercados consumidores do exterior”.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1952.

## SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

# *Vacinas Manguinhos*

- contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)
- anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)
- contra a pneumo-enterite dos bezerros
- contra a pneumo-enterite dos porcos

## PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.  
C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

## “OS PLANTEIS INDIANOS SÃO INCOMPARÁVEL- MENTE INFERIORES AOS DO BRASIL”

**De Regresso da Índia, Fala a Esta Folha o sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha — A Superioridade Incontestável dos Nossos Rebanhos — As Observações de um Grande e Inteligente Criador**

De regresso de sua viagem à Índia, onde esteve como representante da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, integrando a comissão ali enviada pelo Ministério da Agricultura para estudar a possibilidade da importação de rebanhos zebús, o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha, evolucionado e importante fazendeiro e criador neste município, concedeu momentosa entrevista a este jornal.

A comissão que visitou aquele país asiático, no desempenho de uma missão de tanta significação para a nossa economia, estava assim constituída: Srs. Torres Homem Rodrigues da Cunha, pela S.R.T.M.; Drs. Jorge Crouseres de Abreu, técnicos, e Jaime Lins, sanitarista, pelo Ministério da Agricultura.

### CONTRÁRIO À IMPORTAÇÃO

O Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha, que ficou mais de um mês na Índia e visitou as suas diversas regiões pastoris, é contrário à importação do gado bovino. É esse, aliás, o ponto de vista de toda a comissão.

— “A finalidade da nossa viagem, começou o entrevistado, foi a de verificar, “in loco”, se convém ou não a importação do zebu indiano.”

— Qual foi a conclusão a que chegaram?

— “Contrária a essa providência”. E acrescentando detalhes: — “Devido à escassez de bons animais de raças reinantes (inexistentes no Brasil, conforme foi constatado pelo sanitarista Dr. Jaime Lins), chegamos à conclusão de que a importação não é absolutamente conveniente.”

### OS PLANTEIS INDIANOS SÃO INCOMPARÁVELMENTE INFERIORES AOS DO BRASIL

— “Viu, na Índia, exemplares bovinos superiores aos nossos?”

— “Não vi nada, absolutamente nada, que superasse aos nossos rebanhos. Ao contrário.

“A não ser as propriedades do governo, não existe naquele país fazenda particular de seleção, propriamente dita.

“Na famosa fazenda de “Mandly”, pertencente à nação e com uma tradição de 65 anos de trabalho não encontramos nenhum animal que servisse para o Brasil.

“Uma única vaca, nessa famosa fazenda, era racialmente pura! Entretanto, economicamente, era fraca, além de apresentar defeito em uma perna.

“Os reprodutores de Mandly são abaixo da crítica...”

“Fato interessante, que merece ser assinalado, é que encontrei na referida propriedade oficial um reprodutor amarelo que, se fôsse claro e estivesse em Uberaba, poderia ser registrado como Indubrasil, tais as características que apresenta dessa raça.”

### NÃO HÁ CRIADORES DE GADO

— “Não há criadores de gado selecionado — prosseguiu o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha. — A única seleção que interessa ao indú é a do leite. Daí, a inferioridade dos seus plantéis, em paralelo com os nossos.

“No que se refere à raça Gyr, por exemplo, não se encontra, em toda a Índia, mais de 8 ou 10 fêmeas, no máximo, e uns 3 machos, quando muito, que poderiam con-

tribuir para algum melhoramento dos nossos rebanhos. E mesmo assim o encarregado da escolha devia ser dotado de muita boa vontade.

“Aliás, mesmo esses animais, aparentemente puros, não podem oferecer garantias absolutas de pureza, dado o ambiente em que se encontram.”

Depois de ter falado sobre a raça Gyr, o entrevistado discorreu sobre os rebanhos Guzerá:

— “Visitamos a fazenda de “Charody”, também oficial, e vimos na mesma 400 cabeças de Guzerá, que é conhecido naquele país por “Kankrej”.

“Não achamos nada interessante, que servisse para o Brasil, a não ser talvez uma vaca já bem eirada e bastante chifruda, que era caracteristicamente boa. Além desse animal, apenas um touro de 16 anos de idade, que apesar de não ter o chifre em forma de lira, como se exige em nosso país, revelava-se bem aproveitável.

“A sua reprodução — não sabemos se devido às fêmeas —, não é boa.”

O Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha falou, em seguida, sobre o Nelore:

— “O Nelore, apesar de ter sido praticamente abandonado por não ser um gado produtor de leite, ainda é o melhor gado que se encontra na Índia.

“Acredito que isso se deve ao fato de existir um resto de seleção feita pelos ingleses nas diversas propriedades rurais que mantinham no seu antigo domínio, inclusive na famosa fazenda de “Chintala-devi”, que foi destruída em 1938 pelos indus. Desde então o gado que ali vivia ficou abandonado à maior mestiçagem possível, nos campos da fazenda.

“Nas zonas de Madras e Yongole, verifiquei a presença de outros animais parecidos com os da raça Nelore, podendo-se citar, principalmente, o Kilare, Kangaiane, Missoure, etc.

“Todos os rebanhos, porém, vivem na maior promiscuidade sem qualquer seleção para garantir-lhe a pureza...”

“Na região de Madras, tivemos oportunidade de visitar uma fazenda onde o governo mantém quatro reprodutores Nelore. Não são, entretanto, animais de boa qualidade.

### A MESTIÇAGEM É IMENSA, DESCONCERTANTE !...

— “O governo cobra uma taxa dos pro-

prietários de vacas para enxerto nas suas fazendas, na época em que os animais não estão dando leite.

“Enxertada, aguarda-se o nascimento da cria. Aí o animal retorna à cidade, para cumprir a sua missão, que é a de dar leite.

“Não lhes interessa os bezerros. Os melhores machos são castrados e vendidos para tração de carros, operação esta considerada mais lucrativa...”

Aliás, de modo geral, o bezerro morre logo devido à falta de leite para sua alimentação... Os seus proprietários adotam o estranho costume de empalhá-los e colocá-los perto das vacas, como engodo, na hora de tirar o leite, para facilitar essa operação.

“A não ser em “Mandly” — e assim mesmo de péssima qualidade — não tivemos o prazer de ver uma única bezerrada na Índia.

“Releva notar, ainda, que a mestiçagem é imensa, desconcertante!...”

### GADO LEITEIRO

Continuando a sua momentosa entrevista, o delegado da Rural passou em revista o gado leiteiro que observou no país oriental:

— “O Sindhi é muito ruim e muito pequeno. Está sendo abandonado.

“O Sahiwal, ao contrário, é um gado bom como tipo e como produtor de leite. Mas está na fase de formação, não tendo ainda as características bem definidas.

“Está sendo selecionado, agora, o gado vermelho retinto, que apresenta boa produção de leite.

“Esse último é criado em regime de estábulo e tão bem ou melhor alimentado do que o gado europeu existente no Brasil.

“Acredito, aliás, que o gado europeu aqui aclimatado, em igualdade de condições e alimentação, daria o dobro ou mais de leite do que o Sahiwal. É digno de registro o fato das mestiças de Sahiwal com holandeses, nas fazendas militares indus, estarem dando o dobro de leite das rezes puras daquela raça.

“Quanto ao Tarpaça, tivemos a impressão de ser um mestiço do Hissar. Esse tipo está sendo selecionado na fazenda de Karnal e apresenta uma boa produção de leite. Alguma de suas vacas são boas leiteiras e revelam-se bem conformadas. Os touros são muito ruins.

"O Hariana é praticamente o gado existente na zona de Delhy. Trata-se de um animal pequeno e mal conformado.

Na fazenda de Hissar, chamam-no também de Hissar, mas na realidade é bem diferente do Hissar que veio outrora para o Brasil."

### "É INCONTESTÁVEL A SUPERIORIDADE DO NOSSO GADO SOBRE O QUE EXISTE NA ÍNDIA"

Encerrando a sua excelente entrevista, refeita de valiosas informações, o Sr. Torres Homem Rodrigues da Cunha — a quem muito agradecemos os informes prestados

a esta folha —, falou com entusiasmo sobre a superioridade do nosso zebú:

— "É incontestável a superioridade do nosso gado sobre o que existe na Índia! Não podia, aliás, deixar de ser assim, considerando que naquele país não há criadores, fazendas particulares e processos de seleção de raça. Não há, absolutamente, qualquer garantia de pureza de uma rez.

"A verdade é que visitando a Índia, tive bem nítida — diante do paralelo traçado —, a noção exata da grandeza incomparável da nossa pecuária zebuina", concluiu o entrevistado.

(Transcrito do jornal "Lavoura e Comércio" de Uberaba, de 7-6-1952).

### A FABRICAÇÃO DE PEÇAS PARA CAMINHÕES E TRATORES NO BRASIL

Dando cumprimento ao seu programa de fabricação no Brasil de peças para caminhões, tratores e máquinas agrícolas, a diretoria da International Harvester Máquinas, S.A., através de seu presidente, Sr. L. E. Powell, convocou importante reunião, realizada recentemente no Rio de Janeiro, de que participaram diretores da empresa, gerentes das filiais do Rio, São Paulo e Porto Alegre, da Fábrica de Santo André, representante no Norte e chefes de departamentos. O principal objetivo da reunião foi o de discutirem-se assuntos ligados ao programa da fabricação em larga escala de peças nacionais na fábrica de Santo André, Estado de São Paulo. Agora aparelhada para essa finalidade depois da inversão ali feita de trinta milhões de cruzeiros em obras de ampliação. Numa ocasião em que o Governo concita a Nação para a batalha da produção agrícola e industrial, constitui essa iniciativa um empreendimento da maior importância e atualidade não só porque a fabricação de peças no país possibilitará o fornecimento contínuo de peças ao consumidor, cooperando assim para que as máquinas não cessem de funcionar, como também implicará numa considerável economia de divisas para o Brasil. Aliás, a produção de peças no país significa por si só iniciativa das mais felizes porquanto contribui de modo decisivo para a maior expansão de de nosso parque industrial.

## A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

**Fundada em 1897**

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**  
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**

Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**

Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Redator-Técnico

**LUIZ MARQUES POLIANO**

Redação e Administração:

**Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º**

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

**Rio de Janeiro**

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

**NEWTON FEITOZA**

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar. Tel. 33-1432

End. Tel. "LINEFE". C. A. 7257

— SÃO PAULO —

# Primeiro Congresso Nacional do Fumo

## DA OPORTUNIDADE DO LEVANTAMENTO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO FUMO

- 1 — Considerando que a garantia de preços mínimos é um modo do poder público intervir nos mercados evitando, em certas ocasiões, o colapso da produção;
- 2 — Considerando que essa intervenção vem se tornando cada vez mais frequente em face da necessidade de ser assegurado ao produtor uma justa remuneração mínima que compense o seu trabalho;
- 3 — Considerando, finalmente, que somente com o conhecimento do real custo de produção é possível a fixação de preços mínimos em bases que auscultem às necessidades dos produtores;

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que os órgãos competentes promovam inquéritos convenientemente orientados e dirigidos, visando o levantamento do real custo de produção nas diferentes regiões produtoras de fumo, a fim de que os poderes públicos disponham de elementos tais que, em qualquer ocasião em que se torne necessária a sua intervenção, possa fazê-lo fixando preços mínimos compensadores para os produtores.”

### II

## DA NECESSIDADE DA ADUBAÇÃO NA CULTURA DO FUMO

### I

- 1 — Considerando que o aumento da produção por unidade de área cultivada deve ser preocupação do agricultor;
- 2 — Considerando que refertilização dos solos é uma necessidade por demais conhecida nas zonas produtoras de fumo;
- 3 — Considerando que o emprêgo da adubação orgânica e da adubação orgânica deve ser intensificada nas áreas há longos anos cultivadas com fumo;

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que se intensifique, em bases racionais, o emprêgo de adubos na cultura do fumo, tendo em vista as necessidades da planta e as disponibilidades do solo”.

### III

## DA NECESSIDADE DA DISSEMINAÇÃO DE CURSOS DE PREPARAÇÃO DE CLASSIFICADORES DE FUMO

- 1 — Considerando que uma conveniente classifica-

ção é a garantia de colocação segura e em condições estáveis e vantajosas dos produtos agrícolas;

- 2 — Considerando que o problema da colocação dos produtos agrícolas nos mercados consumidores torna-se cada vez mais complexo tanto em face da concorrência entre os centros produtores, como em função das exigências dos próprios mercados;
- 3 — Considerando que o aperfeiçoamento da técnica da industrialização exige produtos tanto quanto possível uniformes relativamente às suas características e qualidades;
- 4 — Considerando, finalmente, que somente através de uma classificação criteriosamente feita segundo as características de determinados padrões previamente estabelecidos é possível garantir aos compradores uniformidade nas remessas dos produtos;

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda sejam disseminados Cursos de Classificação Comercial de Fumo, visando não só o preparo de classificadores convenientemente habilitado para o desempenho de suas funções, como ainda o aperfeiçoamento dos classificadores já existentes”.

### IV

## DA NECESSIDADE DE ASSOCIAÇÕES DE PLANTADORES DE FUMO

- 1 — Considerando a necessidade cada vez maior da arregimentação dos agricultores em defesa de seus interesses;
- 2 — Considerando que nesse sentido a fundação de Associações de Plantadores de Fumo é uma medida que se impõe;
- 3 — Considerando, finalmente, as facilidades para a fundação de tais associações, de acordo com a legislação vigente.

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que nas diferentes regiões produtoras de fumo do país sejam fundadas Associações de Plantadores de Fumo, através das quais possam chegar aos poderes públicos as justas reivindicações dos agricultores dedicados a essa cultura”.

### V

## DA NECESSIDADE DE MAIOR NUMERO DE ESCOLAS PRIMARIAS NO MEIO RURAL

- 1 — Considerando que o progresso de um país é

- função do grau de cultura de seu povo;
- 2 — Considerando que é ainda deficiente a nossa rede de escolas primárias no meio rural;
  - 3 — Considerando, finalmente, que é obra de grande vulto e importância a ampliação da rede de escolas primárias rurais.

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda às autoridades educacionais dos Estados e dos Municípios e ampliação da rede de escolas primárias rurais, com o estabelecimentos de unidades escolares nas áreas onde o número de escolas existentes é reduzido e não satisfaz às necessidades da população em idade escolar, como é frequente nas zonas fumageiras do país”.

#### VII

#### DA NECESSIDADE DA SELEÇÃO DE BOAS VARIEDADES DE FUMO

- 1 — Considerando que da seleção de boas variedades depende, em parte, o sucesso econômico de uma cultura;
- 2 — Considerando que dos estudos de botânica, citologia, genética, etc. depende a seleção de boas variedades;
- 3 — Considerando que esses estudos devem ser completados com rigorosas experimentações;
- 4 — Considerando, finalmente, a importância da cultura do fumo para a economia nacional:

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que se intensifique nos Institutos de Pesquisas não só os estudos botânicos, citológicos e genéticos do fumo, mas também os indispensáveis trabalhos de experimentação a fim de que sejam selecionadas variedades mais convenientes de fumo para as diferentes finalidades e para diversas regiões ecológicas do país”.

#### VIII

#### DA NECESSIDADE DE UM PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS QUE TRABALHAM NA LAVOURA DE FUMO

- 1 — Considerando que a assistência social às populações rurais é uma necessidade imperiosa;
- 2 — Considerando que os poderes públicos reconhecem que esse problema deve ser imediatamente examinado e posto em prática;
- 3 — Considerando que, de fato, a maior parte dos que se dedicam à lavoura de fumo vivem em um estado que requer pronta assistência social;
- 4 — Considerando, finalmente, que os particulares, dentro dos limites possíveis devem colaborar no sentido de ser proporcionada melhores condições de vida aos que trabalham na lavoura de fumo;

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do

Fumo recomenda que os proprietários rurais das zonas produtoras de fumo, os industriais diretamente ligados à essa produção, as associações de classe e demais entidades, em perfeita articulação e estreita colaboração promovam medidas que venham a proporcionar melhores condições de vida aos que trabalham na lavoura de fumo”.

#### VIII

#### DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS MEIO RURAL

- 1 — Considerando que a Campanha de Alfabetização de Adultos promovida pelo Ministério da Educação deve ser acompanhada, no ambiente rural, de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio;
- 2 — Considerando que esta campanha, pelos seus elevados propósitos, merece aplausos;
- 3 — Considerando, finalmente, que ela precisa e deve ser intensificada entre nós:

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda que o Ministério da Educação e Saúde intensifique no ambiente rural a Campanha de Alfabetização de Adultos seguida de um trabalho educativo de ajustamento do homem ao meio, especialmente nas zonas fumageiras, onde as condições de vida são muito precárias”.

#### IX

#### DA NECESSIDADE DE TRABALHADORES RURAIS QUALIFICADOS

- 1 — Considerando que o êxito de uma atividade agrícola depende, entre outros fatores, de uma conveniente orientação e do concurso de trabalhadores rurais qualificados;
- 2 — Considerando que são ainda muito reduzidas as escolas profissionais agrícolas em nosso país;
- 3 — Considerando, finalmente, que a ampliação da rede de escolas profissionais agrícolas é obra de grande oportunidade e objetividade:

propomos a seguinte INDICAÇÃO :

“O Primeiro Congresso Nacional do Fumo recomenda aos poderes públicos a criação de estabelecimentos de ensino no meio rural visando o preparo profissional daqueles que se destinam aos trabalhos de campo, inclusive nas zonas fumageiras onde a falta de trabalhadores qualificados impede que a exploração do solo possa ser feita em condições mais convenientes”.

OBS.) As indicações acima, apresentadas no Primeiro Congresso Nacional do Fumo, reunido em Julho, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, foram aprovadas nas comissões e sessões plenárias do referido conclave.

# O Serviço Social Rural e o ponto de vista da classe Rural Brasileira

O Sr. Raul Cardoso de Melo Filho, componente da delegação da FARESP à 1.<sup>a</sup> Conferência Rural Brasileira foi, sem nenhum favor, elemento dos mais destacados e eficientes nesse conclave.

A sua colaboração aos trabalhos da Conferência, tanto no estudo ponderado dos numerosos problemas em pauta, no seio das comissões, como no aceso dos debates em plenário deixou evidentes o perfeito conhecimento, que tem, dos anseios e necessidades da agricultura nacional, como as suas invulgaras qualidades de orientação e persuasão, patenteadas face a uma numerosa e escolhida assembléia, como foi a da 1.<sup>a</sup> Conferência Rural Brasileira.

Por vezes, e não foram poucas, liderou a numerosa e seleta representação de São Paulo, composta de dezoito elementos dos mais representativos da lavoura bandeirante, na ausência forçada do Sr. Iris Meinberg, solicitado pelos seus afazeres na Câmara dos Deputados, de que é brilhante componente, e em por onde foi apertada uma reunião destinada a financiamento do algodão, com a presença do Sr. Ministro da Fazenda.

Na comissão de estudo da questão do Serviço Social Rural, atuou substituindo o Sr. Alkindar Junqueira, que infelizmente enfermou de súbito.

É, pois, de interesse, a transcrição que, data venia, fazemos aqui de uma sua entrevista ao "Diário de São Paulo", a respeito da momentosa questão e que reflete não só o pensamento da FARESP como, já agora, da classe rural do país, de vez que tal ponto de vista foi unânimemente vitorioso no plenário da Conferência há pouco encerrada.

"O sr. Raul Renato Cardoso de Melo Fi-

lho, do Conselho Deliberativo da FARESP e que integrou a delegação dessa entidade à Primeira Conferência Rural Brasileira, em entrevista concedida ao Diário de São Paulo, teve oportunidade de esclarecer o pensamento dos agricultores reunidos naquele certame a propósito do assunto, dizendo:

"A criação de um organismo destinado a dar assistência social ao homem do campo é velha aspiração dos agricultores adiantados e esclarecidos. Felizmente, constituem hoje uma minoria aqueles que, sob os mais variados pretextos, hostilizam a idéia. Pode-se dizer sem receio de errar que a dolorosa situação dos trabalhadores da terra tem sua causa principal na ignorância em que vivem, o que os impede de adotar elementares princípios de higiene, muitas vezes postos ao seu alcance não só para curar como para proteger sua saúde.

Por outro lado, é imperioso estimular no rurícola o desejo de progresso quanto aos hábitos de vida e métodos de trabalho orientado no sentido de aumentar seu bem-estar e sua eficiência".

## REIVINDICAM A DIREÇÃO

"Nenhuma reforma agrária — afirmou — teria êxito se, paralelamente, o homem não fôsse preparado para assumir a propriedade, tornando-a útil para si e para a coletividade. O poder executivo enviou mensagem ao Congresso em que propõe a criação do Serviço Social Rural, mas, em sua proposta, contrariou uma das funda-

mentais reivindicações dos agricultores, qual seja a de administrarem o novo organismo. O projeto, após algumas alterações, foi aprovado na Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal, onde ainda se encontra.

A realização, na última semana, da 1.ª Conferência Rural Brasileira, que, sob os auspícios da Confederação Rural, reuniu na Capital da República nada menos de dezessete Federações Estaduais, deu oportunidade a que a classe examinasse o projeto em andamento. Não obstante o apelo feito pelo sr. ministro da Agricultura, todos os delegados à Conferência foram unânimes em reivindicar para os agricultores e direção do seu serviço social. Nem podia ser de outra forma. Os agricultores não se recusam a custear os serviços, mas é justo que, se pagam, tenham o controle. Assim já acontece com os serviços da indústria e do comércio e seria odioso abrir uma exceção quanto à classe agrícola".

### EMENDAS AO PROJETO

"É procedente a apreensão dos agricultores em agravar seus compromissos com o pagamento de taxas a um Serviço que, certamente, se transformará em motivo para novos e inúmeros empregos políticos. Neste sentido a Conferência Rural elaborou diversas proposições e sugestões para emendas que serão oferecidas ao Senado, representando o pensamento e as reivindicações da classe rural. Essas proposições, neste momento, já devem estar em mãos do presidente da República e dos senadores. Será dolorosa decepção se não forem devidamente acatadas. O ministro da Agricultura, ao encaminhar ao presidente da República os estudos que deram lugar à mensagem, declarou que somente não propunha a entrega do Serviço aos agricultores, porque estes ainda não estavam organizados. Ora, este motivo desapareceu,

pois, posteriormente, fundou-se a Confederação Rural e fundaram-se muitas outras Federações nos Estados.

### FISCALIZAÇÃO DO GOVERNO

"Devemos salientar que a classe, unanimemente, concordou em que os orçamentos do Serviço fôssem aprovados pelo presidente da República e suas contas ficassem sujeitas ao exame do Tribunal de Contas. É importante esta demonstração de que desejamos a fiscalização do governo e mesmo a julgamos útil. Por outro lado, propomos a participação de elementos oficiais no órgão prestando-lhe a sua colaboração, quer no âmbito federal, quer no estadual, quer nos municípios. Nestes admitiu-se a colaboração do corpo médico local, do professorado, de entidades particulares de assistência e de municípes, votando juntamente com os agricultores. O exame das proposições recém-aprovadas na Conferência Rural não deixará de impressionar os membros do Congresso, conduzindo-os a reexaminar o assunto, ao qual o presidente da República, interessado em atenuar os males da burocracia, certamente também dará o seu apoio, pois prometeu aos delegados à Conferência tomar na devida consideração aquilo que deliberassem. É justo que se entregue o Serviço Social aos agricultores e, de qualquer maneira, é mais prudente fazê-lo, do que criar a máquina oficial, difícil ou impossível de demonstrar no futuro, quando virmos nossas contribuições alimentando um exército de funcionários, ao invés de aliviar as agruras dos rurícolas. Finalmente, desejo salientar que o associativismo e a assistência social estão de tal forma entrelaçados, que a sua separação põe em risco o êxito de ambos os empreendimentos, os quais se farão concorrência nociva e desastrosa, um ao outro, e darão lugar a dispersão de esforços verdadeiramente lamentável".

## UM QUARTO DE SÉCULO A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO BRASIL

A eficiente administração do Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida na Cooperativa Agrícola de Cotia

**DETALHES DO RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA — O MOVIMENTO ALCANÇADO NO PERÍODO DE 1951-52 — O DINAMISMO DOS ATUAIS DIRIGENTES DA C. A. C. — 4.777 INSCRIÇÕES EFETIVAS NO QUADRO SOCIAL — OUTRAS NOTAS**

O Relatório correspondente ao ano de 1951-52, da COOPERATIVA AGRÍCOLA E COTIA, apresentado à Assembléia Geral Ordinária realizada pela sociedade em 26 de julho último, é um trabalho objetivo e bem documentado, pelo qual se pode inferir o surpreendente progresso alcançado pela organização, desde a sua fundação até os nossos dias, em que se encontra sob a dinâmica e operosa direção do Sr. Manoel Carlos Ferraz de Almeida, vice-presidente da F. A. R. — S. P., representante da lavoura na COFAP, e membro da Comissão de Política Agrária do Ministério da Agricultura. A Cooperativa Agrícola, de Cotia, onde labutam milhares de braços de origem estrangeira e principalmente japoneses é uma das primeiras do mundo e, no gênero, a única na América Latina. Funcionando há um quarto de século desde que 83 homens de boa vontade resolveram concretizar uma idéia que parecia utópica, lutando contra todos os percalços naturais que se opunham ao seu desenvolvimento e sobrevivência, a entidade viu transcorrer o seu 25.º ano de existência, dentro do mais elevado conceito público. A exposição agrícola realizada entre 18 e 21 de abril último, em comemoração à data, foi visitada por mais de 150.000 pessoas e pela diversidade e qualidade de 4.500 frutos expostos, constituiu absoluto sucesso, apresentando-se como a maior no gênero até agora empreendida no país.

Convém salientar ainda o apoio recebido pela Cooperativa para essa iniciativa, não só do Ministério e da Secretaria da Agricultura do Estado, como também, através da colaboração nacionais e grande número de indústrias e estabelecimentos comerciais do país e do exterior.

### TRIBUTAÇÃO DA LAVOURA

A guisa de considerações gerais, o relatório trata da evolução da política fiscal em nosso meio, focalizando-se sob o ponto de vista da tributação da lavoura e das cooperativas. "A evolução da política fiscal em nosso

meio — diz o relatório — se, sob certos aspectos, tem correspondido às necessidades do erário estadual, de outra parte, inquestionavelmente, vem refletindo orientação incompatível com os legítimos interesses e necessidades de amparo à produção agrícola".

Discorrendo sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou as cooperativas como entidades civis, isentando-as da obrigação de elevados impostos de seus associados, já que o Decreto Federal n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, está em vigor em sua plenitude, ressalta o relatório que isso, não a ser tributados pelo Fisco, individualmente, não impede que os lavradores vedadamente, razão porque, para que seja definitivamente esclarecida a situação, urge a manifestação franca e positiva das entidades da agricultura em favor da classe que representam".

### ABASTECIMENTO E PREÇOS

Tratando de tão importantes problemas, que por não terem sido solucionados ainda satisfatoriamente, dia após dia tornam mais difícil o regime de subsistência às populações, passa a comentar, o relatório, às medidas até agora adotadas pelo governo. É elogiável a atitude da atual administração que, abandonando a política de fixação de preços rígidos para os produtos agrícolas, criou por decreto de outubro do ano passado o órgão controlador destinado a estabelecer uma perfeita ligação entre a produção e o consumo, cuidando da planificação de comércio interno e externo.

"Data de pouco a criação do órgão em referência e os resultados a que chegará dependem primordialmente do zelo, da contribuição pessoal de seus membros integrantes e do apoio público que ele obtiver".

Finalizando, salienta a deferência do presidente Getúlio Vargas ao escolher dois membros da Cooperativa para fazerem parte da COFAP e COAP, o que em última análise, vem a ser o reconhecimento público do chefe da nação dos interesses da nossa terra e da nos-

nação aos serviços por ela prestados em beza gente.

### EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

O tópico que trata da política exportadora e importadora da Cooperativa se nos assemelha um dos smais importantes. Depois de tratar da parte que diz respeito à aquisição de adultos, inseticidas, sementes, maquinárias agrícolas, etc., fala dos recentes convênios celebrados com a Argentina e o Chile, objetivando a exportação para esses países de banana e chá pretos. No dia 18 de julho foram embarcados para o Chile, 50 mil cachos dessa fruta e 90 toneladas de chá preto. Os benefícios que tais exportações representam para a economia brasileira são inegáveis, correspondendo plenamente à economia brasileira são inegáveis, correspondendo plenamente à expansão das vendas de tais produtos, hoje, distribuídos em larga escala na Europa e na América, inclusive nos Estados Unidos, com a melhor das aceitaçãoes.

### QUADRO SOCIAL

O quadro dos cooperados, em 31 de março de 1952, apresentou 4.777 inscrições efetiva. E no ano social — vale ressaltar — o capital social passou de Cr\$ 38.937.500,00 a Cr\$ 47.077.900,00, o que mostra um aumento absoluto de Cr\$ 8.140.400,00 ou sejam, 20,92%.

### MOVIMENTO

No mesmo período — segundo se depreende do relatório — verificou-se um aumento de 46% sobre o movimento do ano anterior, pois de Cr\$ 618.903.834,30 atingiu a semana global de Cr\$ 370.945.047,00. Tal progresso é atribuído à melhoria observada na capacidade econômica dos cooperados. Os investimentos em imóveis e instalações alcançaram a Cr\$ 81.757.699,40, consignando-se uma redução para Cr\$ 4.686.518, sobre as imobilizações do ano precedente.

### COMPRAS

Neste importante setor, diz o relatório que, a fim de incrementar a produção e diminuir as despesas dos cooperados foram executados os maiores esforços no sentido de assegurar-lhe o suprimento regular e satisfatório de suas necessidades pessoais e de seus empreendimentos. Dessa forma, os estoques da sociedade subiram de Cr\$ 20.000.000,00 para Cr\$ 35.000.000,00. Enquanto isso, foi observado um record no montante geral das distribuições, que alcançou a cifra de Cr\$ 163.277.659,100, não obstante alguns contratempos surgidos com a aquisição de sementes.

A quantidade de adubo distribuída atingiu a 16.226,6 toneladas contra 13.621 toneladas em idêntico período do ano anterior, e que acusa um aumento de 19%. A distribuição de gêneros alimentícios aumentou de 28%, atingindo a Cr\$ 18.436.470,40. No que diz respeito a Compras de Máquinas Agrícolas, verificou-se um aumento de 98,9%, o que, traduzido em dinheiro, corresponde a Cr\$ 11.876.343,80. Com exceção de pequeno decréscimo observado na distribuição de algu-

mas sementes, as demais, referentes a Inseticidas e Fungicidas, Utensílios Domésticos, Inflamáveis, Sementes de Verduras, Fazendas e Armazinhos, e Vasilhames, registraram aumentos substanciais, o que vem atestar de forma insofismável a melhoria do padrão aquisitivo dos associados da Cooperativa Agrícola de Cotia.

### CREDITO

O movimento observado nesse departamento, no exercício em questão, foi surpreendidas entre Depósitos, Financiamento Agrícola e Adiantamento, consignaram a soma de Cr\$ 385.957.308,70, o que representa 41% o aumento sobre o movimento do ano precedente.

### VENDAS

Como resultado do aumento da produção dos associados e ampliação da rede de distribuições, o serviço de vendas da organização alcançou uma cifra record do ano social, elevando-se a Cr\$ 320.878.210,80, ou sejam 33,59% a mais sobre o movimento do ano anterior. A média mensal de vendas foi de Cr\$ 26.739.850,90, importância que cobre o total das vendas realizadas em todo o período de 1940.

Analisando os estudos apresentados observamos que a batata ainda ocupa o primeiro lugar entre os produtos distribuídos pela sociedade, com 31% sobre o movimento geral, seguindo-se-lhe tomate com 23%, ovos com 22% e verduras com 8%.

### TRANSPORTES

A receita deste serviço alcançou a cifra de Cr\$ 3.067.270,20, superando em Cr\$ 928.657,00 a do ano precedente. Aumentou também o número de obras executadas pelo Departamento de Engenharia. O relatório trata ainda das atividades da Estação Experimental do Moinho Velho, Seção de Mecanização Agrícola, Fabricação de Adubos, Composição de Alimentos para Aves, Incubação, Assistência Médica e Assistência Dentária.

### CONCLUSAO

Finalizando sua exposição sobre o andamento da Cooperativa no período de 1951-52, onde o apoio e cooperação dos associados ressaltam sobremaneira, observa-se que a sociedade obteve um lucro de Cr\$ 16.701.445,30, resultado jamais conseguido. Para alguns, esse lucro poderá parecer estranho, embora corresponda a mínima percentagem sobre o movimento geral, uma vez que as Cooperativas não objetivam sobras, já que o seu ideal seria assegurar um perfeito equilíbrio entre receita e despesa.

Todavia, é com satisfação que se observa a sobra alcançada nesse período e devida única e exclusivamente ao crescimento da produção, bem como à própria estrutura da organização que se apresenta cada vez mais sólida, o que lhe assegura a obtenção de grandes vantagens em todos os setores a que se dedica, sem qualquer prejuízo aos seus cooperados, que recebem toda assistência de que necessitam.



Um século a serviço da terra!

# Tratores e implementos agrícolas MASSEY-HARRIS



Tratores pequenos e grandes,  
de 11 a 60 HP, com rodas  
de ferro, pneumáticos  
ou semi-esteiras, tipos  
standard, triciclos ou  
ajustáveis - para traba-  
lhos leves e pesados,  
em quaisquer terrenos.  
Arados dos mais varia-  
dos tipos e tamanhos.  
Implementos para  
todas as tarefas  
agrícolas.

um modelo de trator para cada serviço  
um tipo de arado para cada tarefa



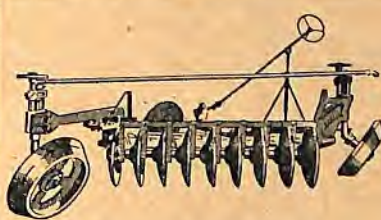
Arados de discos



Arados de discos c/ levante hidráulico



Arado reversível de aivéas c/ levante hidráulico



Arados gradadores

116 REVENDEDORES AUTORIZADOS — nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Sta. Catarina e Goiás — garantem aos Tratores e Implementos Agrícolas MASSEY-HARRIS toda assistência mecânica bem como o permanente fornecimento de peças.

**GRÁTIS:** Solicite maiores informações e folhetos com especificações técnicas

Completa variedade de  
modelos e tipos de  
tratores para todas  
as finalidades



Modelo "PONY", 11,2 HP, a gasolina. Tipo Ajustável.



Modelo "22-K", 24 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo e Ajustável.



Modelo "30-K", 27 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo e Ajustável.



Modelo "44-K", 41,4 HP, a gasolina ou querosene. Tipos Triciclo e Ajustável e Standard.



Modelo "55-D", a óleo diesel. Tipos Hill-Side e Riceland.



Modelo "55-K", a gasolina ou querosene. Tipos Standard e Riceland.



Modelo "744-D", 41,4 HP, a óleo diesel. Tipos Triciclo, Ajustável, Semi-esteira e Standard.

DISTRIBUIDORA  
**DEMAG**

**DISTRIBUIDORA DEMAG S. A. — VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS**

Rua Grota Funda, 224 - Fones: 3-0612, 3-0759 e 3-0648 - C. Postal, 8232 - End. Teleg. "Tiled" - S. Paulo  
FILIAIS: São Paulo: Rua Visconde Rio Branco, 620 - Tel. 36-6384 — Rio: Rua São Clemente, 83 - Tel. 46-1414

# CONSULTAS

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira  
Consultor Técnico de "A Lavoura"

## PROPAGAÇÃO DA FIGUEIRA:

Respondendo ao Sr. A. B., nosso consórcio do Estado do Espírito Santo, informo que a figueira pode ser propagada por meio de estacas, devendo-se escolher, para o plantio, estacas saudas, desprovidas de folhas e apresentando gemas bastante vigorosas.

## ENLEIRAMENTO PERMANENTE:

Esclarecendo ao nosso consórcio E. J., do Estado de Minas Gerais, informo que nas culturas perenes, como por exemplo laranjais, cafesais, etc., o enleiramento permanente é um dos processos usados para reduzir os efeitos da erosão. A altura das leiras deve ser de 25 a 30 cms. e a disposição varia de acôrdo com a declividade do terreno (leiras dispostas em quadrados, em semi-círculos, contínuas, formando curvas de nível, etc.). Neste último caso, a distância entre as leiras deve ser tanto menor quanto maior a declividade do terreno.

## EMPREGO DE CARBURETO DE CÁLCIO:

Respondendo ao Sr. A. G., nosso consórcio do D. Federal, informo que para combater as brocas do tronco das laranjeiras pode o consulente empregar o carbureto de cálcio da seguinte maneira:

a) — pelos orifícios das galerias cavadas no

tronco e nos galhos deve introduzir algumas pedras de carbureto de cálcio e em seguida um pouco de água.

b) — logo após, deve vedar convenientemente os orifícios com barro ou cera.

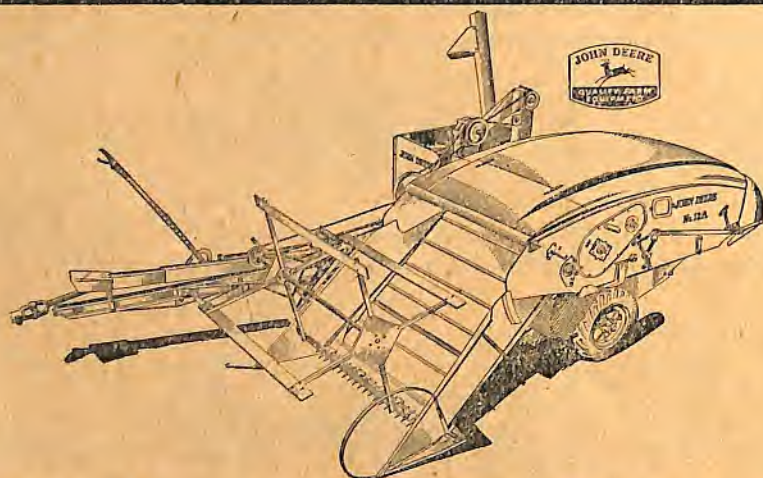
O carbureto de cálcio em contacto com a água formará gás acetileno que é tóxico para as plantas.

## UMA DOENÇA DA MANGUEIRA

Pelos sintomas descritos pelo consulente, Sr. M. L., nosso consórcio do Estado de Minas Gerais, julgo tratar-se de oídio ou cinza da mangueira, causada por um fungo pertencente ao gênero *Oidium*. Para combatê-la aconselho, pela manhã, enquanto a planta está úmida pelo orvalho, fazer um polvilhamento com enxofre em pó, repetindo o tratamento quinze dias mais tarde.

## PLANTIO DE AMENDOIM

Esclarecendo ao Sr. J. V., nosso consórcio do Estado da Bahia, informo que os terrenos mais convenientes para o plantio de amendoim são os soltos, leves e permeáveis não só porque permitem o melhor desenvolvimento das plantas, como também porque facilitam a colheita.



## COMBINADA "JOHN DEERE" MODELO 12-A

PARA ARRÔZ, TRIGO, FEIJÃO E SOJA  
COLHE, TRILHA E ENSACA NUMA ÚNICA OPERAÇÃO!

Rebocadas por trator e acionadas por motor próprio a gasolina  
Grande rendimento horário com pequena despesa de manutenção

**SOTREQ S.A. - Av. Brasil, 9200 - RIO**

# Notícias e informações

## III FESTA DA UVA EM VINHEDO

Realizou-se, no dia 20 de Janeiro a inauguração da III Festa da Uva em Vinhedo, Estado de São Paulo, com a presença de altas autoridades e de elevado número de viticultores. Doze terços da população de Vinhedo dedica-se quase que exclusivamente, ao plantio de videiras. Outras fruteiras cultivadas no próspero município paulista são figueiras, macieiras, pereiras etc. Somente as seis milhões de videiras proporcionaram uma renda de cinquenta milhões de cruzeiros o que é um índice expressivo da importância da fruticultura para aquele município.

## CRÉDITO PARA AMPARO A TRITICULTURA

O Presidente Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso Nacional acompanhada de projeto de lei solicitando a abertura de um crédito especial de Cr\$ 30.000.000.00 no sentido de atender às despesas do plano de fomento e amparo à produção tritícola elaborado pelo Ministério da Agricultura. Trata-se, sem dúvida, de uma medida de grande alcance, pois as perspectivas para a triticultura nacional são as mais promissoras.

## CURSO DE SOCIOLOGIA RURAL

O Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde realizou, em colaboração com a F. A. O., um Curso de Sociologia Rural a cargo do Prof. Raymond Wakeley, sociólogo do Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Iowa State College, de Ames, nos Estados Unidos. O curso, que teve a duração de 5 semanas constou de 15 conferências e um inquerito. Foi assistente do Prof. Wakeley, o Eng. Agrônomo Claudio Cecil Poland.

## SAFRA MUNDIAL DE AMENDOIM

De acordo com os inqueritos realizados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a safra de amendoim em 1951 foi avaliada em 11.300.000 toneladas, verificando-se aumento de produção no Brasil e na África e redução na Índia e nos Estados Unidos.

## PRODUÇÃO DE TRIGO NA BAHIA

O Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura vem desenvolvendo a cultura do trigo no Estado da Bahia, onde estão sendo preparados 500 hectares de terra no município de Jaguaquara, aguardando-se ótima sementeira para o próximo mês de Setembro, com uma média de

dois mil quilos por hectare. O produto da colheita, que, espera-se seja elevado, será empregado na sementeira do ano vindouro.

## XVIII EXPOSIÇÃO FEIRA AGROPECUÁRIA DE UBERABA

Promovida pela Associação Rural do Triângulo Mineiro, inaugurou-se, no dia 3 de Maio, a XVIII Exposição Feira Agropecuária de Uberaba que contou com a presença de altas autoridades entre as quais o Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas e os ministros Dr. João Cleofas, da Pasta da Agricultura e Negrão de Lima, da Pasta da Justiça. Na ocasião, o Presidente da República, em memorável discurso, abordou importantes assuntos relacionado com a pecuária e os pecuaristas.

## A A. C. A. R. E O GOVERNO DE MINAS GERAIS

Foi renovado, pelo Governo do Estado de Minas Gerais o convênio firmado com a American International Association, destinado a desenvolver, no referido Estado, a assistência e o amparo ao pequeno agricultor. A A. C. A. R. (Associação de Crédito e Assistência Rural) promoverá, em estreita colaboração com o Governo um plano de assistência direta ao agricultor necessitado. Cada uma das partes contratantes empregará, em três anos, dez milhões de cruzeiros no interessante plano.

## ENSINO AMBULANTE EM MINAS GERAIS

Segundo foi noticiado já se encontra em atividade o 93º comboio Agrário que percorrendo o interior do Estado de Minas Gerais está proporcionando às populações rurais por ele atingidas não só as indispensáveis consultas técnicas agronômicas e veterinárias, como também consultas médicas e distribuição de medicamentos. Os componentes do Comboio Agrário percorrem fazendas instruindo ao proprietários sobre os processos mais racionais de agricultura e criação, promovem o registro de propriedades, realizam palestras, fazem inspeção de rebanhos e promovem a vacinação do gado, vendem, pelo preço de custo, máquinas, ferramentas e arame, etc.

## ASSOCIAÇÃO MÉDICA E SOCIAL NOSSA SENHORA DA PENHA

Congregando três Centros Sociais Rurais localizados em Boa Ventura, Santo Antonio dos Milagres e Aré, foi instalada em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa da Primeira Missão Rural de Educação

de Adultos, a Associação Médica e Social Nossa Senhora da Penha.

### PRODUÇÃO DE MILHO NO SUL DO PAÍS

A safra de milho, de acôrdo com as previsões feitas, é a seguinte, no sul do país:

| ESTADOS             | TONELADAS |
|---------------------|-----------|
| Minas Gerais .....  | 1.349.627 |
| São Paulo .....     | 1.979.314 |
| Paraná .....        | 923.573   |
| Sta. Catarina ..... | 859.683   |
| Rio G. Sul .....    | 1.212.593 |

A área cultivado nos referidos Estados é de três milhões, quinhentos e dez mil e novecentos e dezesseis hectares.

### PRODUÇÃO DE JUTA

Em 1951 o nosso país produziu 20 000 toneladas de juta e conseqüentemente, foi muito pequena a importação do produto indiano, pois a média de consumo de nossa indústria é de 22.000 toneladas. As nossas perspectivas para a indústria de sacaria e aniagem são, portanto, as mais animadoras, pois em um futuro próximo a nossa produção será tal que o país poderia abastecer-se exclusivamente com a matéria prima nacional.

### FINANCIAMENTO AOS CRIADORES DO DISTRITO FEDERAL

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal, no sentido de fomentar a agricultura e a pecuária na zona rural da capital do país, instituiu seis interessantes modalidades de crédito agrícola:

- crédito pessoal, com limite máximo de cem mil cruzeiros.
- caução de título com aval, adotado para os lavradores que necessitarem, com urgência, de quantia superior a cem mil cruzeiros.
- reserva de domínio, instituído para aqueles que desejarem adquirir tratores, caminhões e outras máquinas que serão compradas pelo Banco e revendidas aos lavradores com reserva de domínio.
- penhor pecuário, para os criadores que desejarem adquirir gado leiteiro. O Banco empresta, pelo prazo de 3 anos, em 36 prestações, até o limite de trezentos mil cruzeiros, 60% da avaliação.
- empréstimos hipotecários, emprestando o Banco até 50% de avaliação.
- revenda e compra de propriedades, adquiridas pelo Banco e revendidas pelo custo aos interessados, até o limite de Cr\$ 600.000,00 dividido em 180 prestações, com juros de 6%.

### PREÇOS MÍNIMOS PARA A CÊRA DE CARNAÚBA

Constituindo a produção de cêra de carnaúba um dos principais fundamentos da eco-

nomia do nordeste, foi, como era natural, muito bem recebido pelos que se dedicam ao aproveitamento daquele produto vegetal, o recente decreto do Presidente da República estabelecendo preços mínimos para o financiamento ou aquisição da cêra de carnaúba. A situação era grave, ameaçada que estava a economia nordestina em face da falta de garantias contra a tendência de baixa do custo daquele produto.

### AB-ROGADO O ACÔRDO INTERNACIONAL DO TRIGO

Notícia-se de Londres que o Conselho Internacional do Trigo anunciou, que decidiu ab-rogar o Acôrdo Internacional do Trigo vigente, com seus preços fixos, e elaborar, se possível, novo acôrdo, com ajustes mais flexíveis no que toca aos preços ainda este ano. O conselho, que esteve reunido nesta capital entre 17 de abril e 9 de maio, deliberou, ao cabo de longas discussões em torno do problema dos preços, que os fatores que afetam os preços máximos e mínimos requerem ulterior exame, segundo comunicado de hoje.

Foi criado um comitê que ficará sessionado para examinar a possibilidade de fazer com que os preços máximos e mínimos variem automaticamente, segundo as modificações do nível geral de preços. Esse comitê apresentará relatório à próxima sessão bi-anual do Conselho a abrir-se a 1.º de julho.

### PEDE AMPARO A CLASSE MADEIREIRA

O governador do Estado, sr. Munhoz da Rocha, expediu telegrama ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil, transmitindo o apêlo que recebeu da classe madeireira no sentido de amparar a classe que está ameaçada de paralisar suas atividades. No despacho enviado ao sr. Ricardo Jafet, o Chefe do Executivo paranaense pede a autorização para agências do Banco neste Estado operarem sob penhor mercantil de acôrdo com o regulamento da Carteira de Crédito Agrícola.

### REDE BANCÁRIA PARA FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

Durante mais de três horas em reunião da qual participou o secretário de Finanças, expuseram aos banqueiros de Minas suas reivindicações ao diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, em face dos graves problemas criados pela retração do crédito.

Falando depois aos jornalistas, declarou o sr. José Maria Alkimim, que o sr. Emílio Câmara leva o compromisso de dirigir um apêlo ao Congresso Nacional para que converta em lei o projeto do Executivo, que assegure o financiamento da agricultura através de uma rede bancária brasileira. Esclarecendo o titular da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, que todas as modalidades de solução sugeridas pelos banqueiros mineiros serão objeto de estudo imediato.



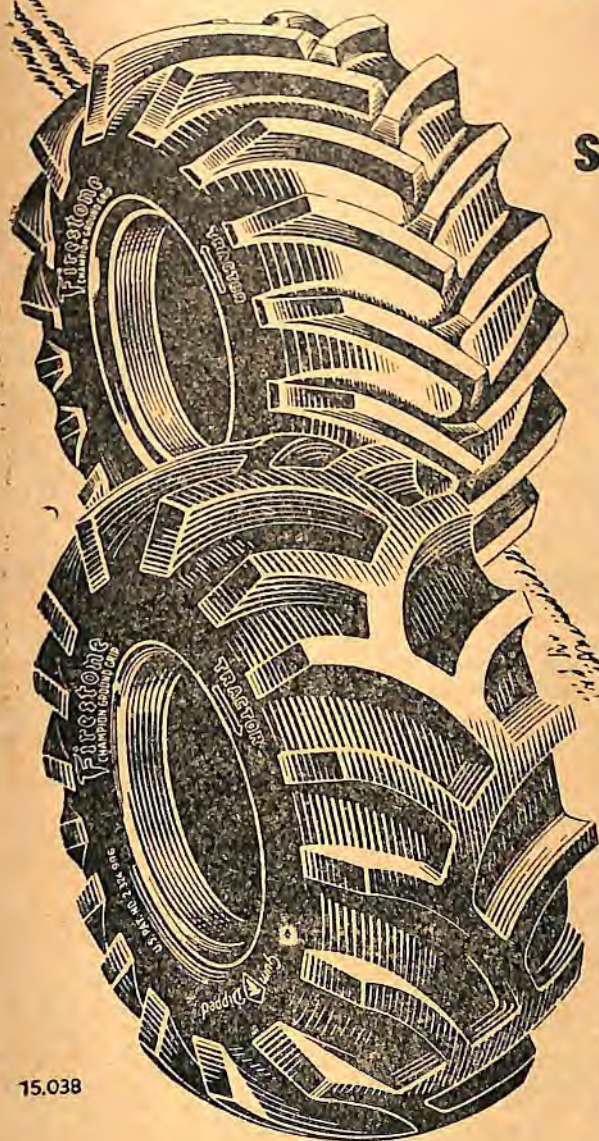
**Na terra dura**

**ou fôfa...**

**seu trator RENDE MAIS**

**com pneus**

**Ground Grip**



15.038

**MÁXIMO... em Tração  
e Resistência**

Em sua fazenda o se..hor precisa de pneus que proporcionem super tração. Por isso, Firestone lhe oferece os Pneus para Tratores Ground Grip, com barras mais altas e mais fortes, para cravarem no chão duro ou sustentarem a tração, quando em terra fôfa. Aumente o rendimento diário e economize combustível, usando em seus tratores o pneu que significa mais lucros, porque dura mais e executa melhor o seu trabalho — Ground Grip Firestone.

*Rode sobre*

**Firestone**

— GARANTIA DE MÁXIMA QUILOMETRAGEM POR CRUZEIRO



# Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

## NOVOS CURSOS PRATICOS

Tiveram início, no dia 17 de setembro, mais sete Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com o Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas. Os novos cursos em funcionamento são:

- Botânica Agrícola;
- Zoologia Agrícola;
- Cálculos e Medidas Agrárias;
- Reflorestamento;
- Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal;
- Cultura de Raízes e Tubérculos;
- Noções de Estatística Agrícola.

Foram designados para ministrar os referidos cursos os Professores Jalmírez Guimarães Gomes, Geraldo Goulart da Silveira, Pedro G. da Silveira Filho e o assistente de Ensino Agrícola C. Borges.

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

O Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura designou o Engenheiro-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da E. H. W. B., para, como representante da S. N. A. integrar a Comissão de Fertilizantes da referida associação.

## PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO FUMO

O Engenheiro-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, professor da E.H.W.B., apresentou ao Primeiro Congresso Nacional do Fumo nove indicações que foram aprovadas não só nas comissões como no plenário do referido Congresso.

## DIA DA ARVORE

Como faz habitualmente, a E.H.W.B. comemorou condignamente o Dia da Arvore. Realizaram os alunos internos do referido estabelecimento e os alunos dos Cursos Práticos agrícolas o plantio de uma árvore comemorativa da data. Usou da palavra, na ocasião, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

## CURSOS EM COLABORAÇÃO COM A U. R.

Terão início em outubro, as aulas do Curso Avulso de Citricultura, que será ministrado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural.

# Existem Raças Zebus Leiteiras

## RESULTADOS DE EXPERIÊNCIAS FEITAS COM A RAÇA "SHINDI"

Prof. RAUL BRIQUET JUNIOR  
Eng.<sup>o</sup>-Agrônomo

Muito se tem falado entre nós, recentemente, a propósito do zebu para leite. Criado essencialmente para carne, o zebu tem sido agora, aqui e nos Estados Unidos, quanto às possibilidades de fornecimento essencial de leite.

No que toca ao nosso problema, julgamos que, havendo já na Índia raças ou variedades locais leiteiras, devemos importá-las a fim de estabelecer os nossos plantéis leiteiros iniciais. É sabido que a produção de leite ou de manteiga é genética, isto é, dependente de genes. Aproveitar linhagens que já concentrem alta dosagem dos genes controladores dessa produção é caminho mais acertado do que tentar isolá-las ou formá-las a partir de nosso heterogêneo rebanho zebu.

Existem na Índia, além das raças nossas conhecidas, pois para cá foram transladadas (Nelore, Guzera, etc.), muitas outras, entre as quais algumas que são geneticamente mais constituídas para a produção de leite. Entre estas, figura em primeiro plano a chamada raça Sindhi vermelha que, nas boas condições criatórias das fazendas oficiais indianas, produz, em média, 10-12 litros de leite, num período da lactação de 10 meses. Tais ganhos são de notável contraste com o nosso zebu médio, no qual não só é baixa a produção, como curto é o período de lactação. Tais raças lei-

teiras indianas possuem, ainda, as características serias de adaptabilidade as condições tropicais de criação.

O Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, importou, há algum tempo, dois touros e duas novilhas Sindhi para cruzar (hibridar) com gado leiteiro fino, nas regiões sub-tropicais daquele país. Os resultados dos primeiros cruzamentos (ou melhor, das primeiras hibridações), obtidos com Sindhi x Suíça, Sindhi x Jersey e Sindhi x Holandesa foram os mais promissores, tanto em quantidade de leite como em percentagem de gordura.

Atualmente já existem perto de 100 mestiços (híbridos) como o Sindhi nos Estados Unidos, e os trabalhos prosseguem a fim de se obterem produtos 3/4 e outros "graus de sangue" para se estabelecer quais os de constituição melhor para as condições criatórias das regiões sub-tropicais norte-americanas.

Não seria interessante seguirmos esse mesmo caminho, palmilhando por quem só nos tem dado lições em matéria de criação?

# Preparação da Farinha de Soja

TÉCNICAS PARA REMOVER O MAU GOSTO E O AROMA NATURAIS

ARNALDO ADDOR

Químico-industrial

Tôdas as variedades de soja são portadoras, infelizmente, de gosto desagradável ao paladar dos ocidentais. Seu consumo, por isso não somente em grãos, como também, sob a forma de farinha, não se desenvolve entre nós, embora suas incontestáveis e magníficas propriedades nutritivas.

Procurando solucionar esse problema, de remoção do mau gosto, os estudiosos no assunto idealizaram processos que hoje são utilizados em países ocidentais, onde a prosperidade da indústria de soja está perfeitamente assegurada. Todos os processos em uso eliminam o tegumento do grão, particularidade que já concorre para melhoria, em parte, do sabor, quer do grão, quer da farinha dele resultante.

O primeiro processo empregado para obtenção de uma farinha de soja estável e isenta de seu gosto natural, foi patenteado por BERCZELLER em 1924. Constitui em submeter os grãos, isentos das impurezas da colheita, à ação do vapor d'água por espaço de 10 a 15 minutos. Esses grãos, a seguir, são secos e quebrados, para facilitar a remoção do tegumento, e, triturados até a forma de farinha impalpável. A farinha assim elaborada possui sabor agradável, além de ser relativamente estável.

Uma patente posterior, do mesmo autor, consiste em submeter a soja seca ou embebida em água, à destilação em corrente vapor d'água, e, posteriormente, passá-la através de uma máquina cortadeira, sendo que os tegumentos são removidos por meio de aspiradores e peneiras mecânicas

## Outras técnicas

Outros mais processos patenteados vão aqui enumerados:

a) — De **Shellabarger** que se resume no tratamento da soja limpa, pelo vapor d'água a 60°C, em vácuo parcial — 240 m/m — cerca de 40 minutos; secagem em ambiente da gás carbônico, moagem até farinha impalpável;

b) — De **Baile** que se baseia no entumescimento da soja, por 12 horas, pelo vapor d'água para facilitar a remoção do tegumento. Os grãos já isentos do tegumento são postos em óleo de amendoim quente, ou outro óleo aconselhável;

c) — De **Goessel** que consiste em mergulhar a soja em óleo, secá-lo, quebrá-lo a fim de facilitar a eliminação do tegumento; finalmente reduzi-lo a farinha. Posteriormente, este autor modificou sua patente, resolvendo aquecer o soja em parafina líquida, entre 100° a 110°C, durante 5 minutos e continuar a marcha do processo anterior. O tratamento pelo óleo afrouxa o tegumento, facilitando a sua remoção;

d) — De **Cohn** que consiste em submeter a soja a um soluto ácido fraco a 75°C. O material é, a

seguir, seco em estufa ventilada a 60°C., e, posteriormente, reduzido à farinha impalpável;

e) — De **Strohl**, consistindo em remover o sabor pelo aquecimento a 100°C. durante 10 minutos e, posteriormente, reduzir o material à farinha;

f) — De **Oberhard** que colocou os grãos de moinho até se tornarem entumescidos, tratando-os pelo vapor d'água por meia hora. Secou-os, depois a baixa temperatura 60 a 65°C. e os embebeu com soluto de formaldeído a 5% por 24 horas, para depois secá-los, novamente;

g) — **Goller e Winkler**, atribuindo aos glucosídeos e aos galatosídeos o amargor da soja, recomendam o seu aquecimento a 65 a 75°C e patentearam um processo para a remoção desses glucosídeos e galatosídeos por diálise sob pressão ou vácuo a 65 a 80°C. O próprio tegumento da soja age como membrana semi-permeável.

## A remoção do aroma desagradável

Na opinião de **Horvath**, um dos mestres conhecedores da tecnologia da soja, o aroma desta encontra-se na camada periférica do cotilédono do grão; daí preconizar sua remoção pelo entumescimento ou pela germinação.

Outros processos acerca da desodorização existem na literatura, porém todos eles repousam em processos patenteados.

Quando se pretende obter uma farinha com baixo teor em óleo, a soja já isenta de tegumento, deve ser prensada e a torta reduzida, novamente, à condição de farinha. Esta, assim elaborada, ao ser utilizada em panificação possui maior capacidade de absorção do que a farinha de trigo.

Costuma-se, remover, ainda, o gosto e o aroma naturais da soja, procedendo-se do seguinte modo:

1) tratamento dos grãos por parafina líquida ou por óleo vegetal comestível, a quente, (com exclusão do óleo da própria soja) durante 5 minutos;

2) centrifugação;

3) secagem;

4) trituração grosseira, para remoção do tegumento por ventilação;

5) digestão com um soluto de papaina de concentração de 0,02% em relação ao peso da soja, de forma a fer-se uma papa;

6) repouso durante três horas, seguida de secagem, trituração do material nos moldes do procedido com a farinha de trigo.

A farinha resultante que apresenta cor de tijolo aroma e gosto agradáveis, pode ser utilizada nas variadas modalidades de alimentos, inclusive na elaboração de pão.

(Comunicado n.º 116 do Serv. de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura — Out. de 1951).

# RESOLVE AUTOMÁTICAMENTE SEUS PROBLEMAS DE PLANTIO...



Adubadeira com os descarregadores montados na parte posterior da plantadeira Kelly. Podem também ser montados na parte anterior, de modo que o tratorista possa observar a queda do adubo.

A PLANTADEIRA KELLY, acionada pelo Controle Hidráulico do Trator Ford, foi construída para muitos anos de trabalho pesado. É toda de ferro e aço. Com este implemento, você tem uma *plantadeira completa*, para qualquer tipo de plantio, controlada pela ação hidráulica do Trator Ford. Abre sulcos e lança sementes no espaçamento desejado. Rápidamente engatada à armação do cultivador ou sulcador Dearborn. Funciona automaticamente: quando levantada, interrompe-se o lançamento

de sementes; quando baixada, prossegue a sementeira... e, além de tudo, cada peça é vendida em separado para dar-lhe apenas aquilo que você precisa!

Planta em linhas de 0,915 a 1,065 m, em leiras ou sulcos. Tem acessórios para ampla variedade de solos e sementes.

Consulte o Revendedor Ford, sobre estes implementos. Garantia da assistência FORD em todo o Brasil.



**FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC.**

# Credito Agrícola para o pequeno produtor

Eng. Agrônomo ROMOLO CAVINA

## APRESENTAÇÃO

1. De um modo generalizado o crédito é para o produtor um ato econômico de importância fundamental na administração da sua empresa. Particularmente para o produtor rural, seja o que se dedica à lavoura, como o que se preocupa com a pecuária, essa importância cresce ainda mais quando se atenta para as peculiaridades próprias da empresa agrícola.

Esta, realmente, tem características particulares que a diferenciam das demais empresas. Em primeiro lugar devemos destacar a redução da vontade do empresário quando deseja a produção: ao ambiente ecológico, a terra; aos animais etc., deve o homem submeter-se para que se realize o ato produtivo.

Não apenas existem os riscos semelhantes às demais empresas, mas também existem outros independentes da ação do agricultor. Daí não se poderá considerar insolvável o lavrador que perdeu a colheita na seca deste ano ou na inundação do ano passado.

Em segundo lugar diremos que os sistemas agrícolas brasileiros ainda vigentes estão a exigir forte e imediato auxílio da técnica agrônômica e veterinária. Porque, emprestar dinheiro a lavrador que não seleciona sementes, que não usa adubos, nem preventivo às doenças e pragas das plantas e dos animais, será aumentar o risco dos empréstimos para a entidade financiadora e concorrer para a manutenção da rotina.

Ensino, pesquisa e fomento precisam ser articulados e elevados a uma grande eficiência, sob pena de continuarmos obedecendo a sistemas agrícolas anteriores ao Descobrimento do Brasil. E, ao lado das

medidas de fomento, o crédito fácil e acessível ao pequeno produtor.

2. Resta-nos deduzir que o crédito agrícola em geral tem *características operativas* muito próprias, muito específicas e estas são mais diferenciadas se o empresário agrícola é modesto, é aquilo que se vem chamando *pequeno produtor*. Não deve restar a menor dúvida que as *características operativas* do crédito ao pequeno produtor em muito pouco se assemelham às dos fazendeiros, às dos grandes empresários. Por outro lado, a função socio-econômica dos pequenos produtores não precisa ser aqui descrita, nem nos deteremos a justificar o interesse do Estado por essa classe.

Mas precisamos insistir na procura de uma fórmula que concilie os interesses da entidade de crédito com os dos pequenos produtores. Aos bancos os pequenos empréstimos são onerosos, dão muito trabalho e pouca margem de lucro. Por seu lado o pequeno produtor é geralmente pouco informado, mal preparado para compreender as exigências do financiador. Usos e costumes tradicionais ainda formam muito da mentalidade do pequeno produtor, o que tem importância social marcante, embora seja necessário reconhecer, que devam evoluir.

Muito pouco do que se faz entre nós com o nome de crédito agrícola é dirigido ao pequeno produtor. Afora o que vêm fazendo as caixas rurais gauchas, a Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais e as poucas cooperativas de crédito, provam que há muito a fazer em benefício do pequeno produtor.

Daí muito acertada e digna de todos os aplausos a opinião do dr. João Cleophas, atual Ministro da Agricultura, propondo a garantia do Tesouro Nacional para os

empréstimos aos pequenos produtores, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Desse modo, protegidos os interesses do Banco, uma articulação melhor entre assistência técnica e crédito elevarão o padrão de vida do pequeno produtor.

### CONCLUSÕES

Do exposto neste trabalho julgamos poder indicar as seguintes conclusões:

1. O crédito ao pequeno produtor deve ser facilitado levando-se em conta as suas características especiais como empresário agrícola;

2. O interesse do Estado pelo pequeno produtor é relevante, justificando-se acer-

tada a garantia do Tesouro Nacional aos pequenos empréstimos;

3. O crédito ao pequeno produtor não deverá vir separado da assistência técnica. Financiar sem modernizar os sistemas agrícolas vigentes será manter a rotina;

4. Impõe-se desenvolver o crédito cooperativo, ainda que seja necessário recorrer à compulsoriedade; e

5. Recomendar aos serviços de publicidade agrícola a maior divulgação do crédito cooperativo.

OBS.) O presente trabalho foi apresentado pelo autor à Mesa Redonda da Agricultura promovida pela Sociedade Rural Brasileira no período de 3 a 9 de Março de 1952, relatada pelo Dr. Octacílio Tomanik e com parecer favorável do relator encaminhada ao plenário que a aprovou por unanimidade.

# A questão social na Agricultura

"Em um país como o nosso, de vasto território, tudo leva a crer não existir o espírito de reivindicações sociais". Estávamos convencidos de que as ideologias que grassam por toda a parte, nunca chegariam até nós, pelo fato da psicologia de nosso povo lhes ser adverso.

Dizíamos então que deveríamos fazer qualquer coisa de proveitosa afim de prevenir consequências graves no futuro, porquanto a nossa própria História registra acontecimentos de séria repercussão no trabalho agrícola.

Com maior razão somos hoje favoráveis a tudo quanto se faça em benefício daqueles, que mourejam no trabalho da terra. É certo que se deverá ter em conta as realidades econômicas e técnicas da nossa agricultura. Sem o rendimento suficiente dos bens produzidos pela exploração da terra o empresário agrícola não poderá garantir assistência moral e social a que o operário agrícola possa ter direito.

A produção agrícola do país, avaliada por volume não permite conhecer a evolu-

ção por área cultivada e, portanto, a produtividade por hectare. Teremos que evoluir da exploração extensiva para a intensiva, afim que possamos produzir mais, melhor e por menor preço. Só assim será possível melhorar as condições de vida e de bem estar do meio rural.

Esta compreensão é que tem justificado o retardamento de aplicar-se ao trabalhador do campo a legislação que a organização internacional do trabalho vem conseguindo aperfeiçoar e estender nas nações industriais.

O Brasil dará um grande passo com a execução do programa previsto para o Serviço Social Rural que o Sr. Ministro da Agricultura elaborou e submeteu ao Sr. Presidente da República.

Façamos votos para que esse Serviço se torne uma realidade no mais breve prazo e traga com o apoio da classe rural, os benefícios que de lá é dado esperar para o bem estar da vida agrícola do país.

(Do livro *Expansão Agrícola do Brasil*, Arthur Torres Filho, Rio, 1935).

# Tradição

Surgida há quase um século na Suíça, por obra de Henri Nestlé, pioneiro da dietética infantil, a Organização Nestlé iniciava as suas atividades industriais no Brasil em 1920, para onde trouxe capitais e valiosa experiência. À primeira fábrica, montada em Araras, no Estado de São Paulo, seguiu-se, em 1937 a de Barra Mansa, no Estado do Rio, e em 1946, a de Araraquara. E mais tarde, ao mesmo tempo em que eram ampliadas as instalações já existentes, a fim de permitir trabalhar diariamente vultosas quantidades de leite fresco, levantavam-se as bases de uma nova Fábrica, em Pôrto Ferreira, Estado de São Paulo, Fábrica essa prestes a ser inaugurada.

Os PRODUTOS NESTLÉ, cuja fabricação e venda no Brasil estão a cargo da COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES, alcançaram desde o início elevado padrão de qualidade, constituindo, hoje, a base da alimentação de grande parte de crianças brasileiras.

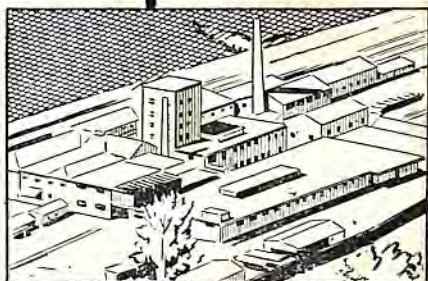
Os PRODUTOS NESTLÉ preenchem, assim, elevada função social, estimulando, outrossim, a produção agro-pecuária (mais de 5.000 produtores lhe fornecem leite direta ou indiretamente) e contribuindo para o desenvolvimento de toda uma série de outras atividades econômicas, além de dar emprego a inúmeros empregados e operários.

É interessante frisar, a este respeito, que do valor de cada lata de seus produtos produzida e vendida pela Nestlé no Brasil, 40 % vão para os produtores de leite fresco, 8 % para cobrir as despesas de transporte, tanto da matéria prima como do produto acabado, mais de 7 % para os produtores de açúcar, 9 % para a compra de fôlha de flandres (que em parte apreciável provém de Volta Redonda), 4 % para os fabricantes de caixa de rótulos, quase 9 % para pagamento de salários, aproximadamente 8% para pagamento de impostos, 9 % para despesas gerais de fabricação, administração e propaganda e 3% para amortização sobre imobilizações, ficando apenas uma pequena porcentagem para lucro e reserva.

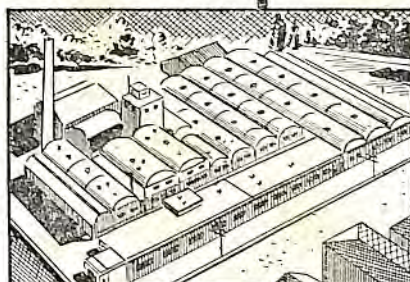
Pode-se afirmar, portanto, que esta indústria de laticínios se tornou bem brasileira, com reflexos salutares – pela sua própria finalidade – não só no campo social, mas também no campo econômico do País.

FÁBRICAS DOS

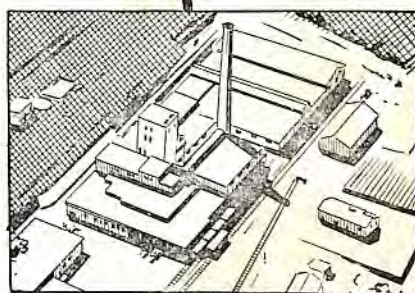
PRODUTOS NESTLÉ



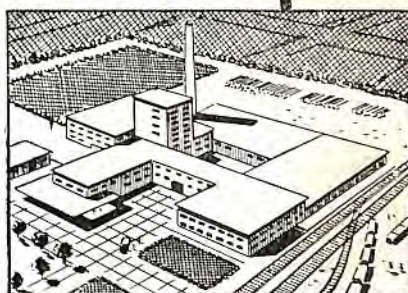
ARARAS  
(EST. DE SÃO PAULO)



BARRA MANSA  
(ESTADO DO RIO)



ARARAQUARA  
(EST. DE SÃO PAULO)



PÔRTO FERREIRA  
(EST. DE SÃO PAULO)

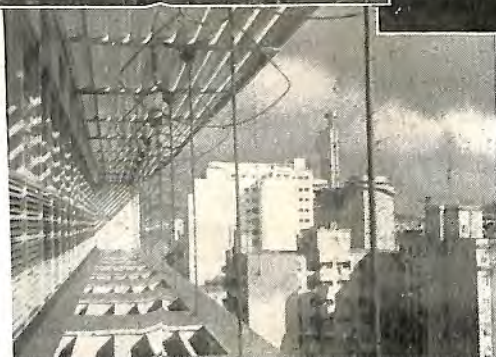
NESTLÉ



## "SEGURADORAS"...

*...um sonho arrojado de arquitetura funcional realizado!*

O "sec plus ultra" da arte aplicada ao conforto, na perfeição da difusão da luz natural e na ventilação controlada. Ao acrescentar essa vitória da vida moderna ao seu arquivo de obras de destaque, somente realizáveis pela excelência de sua qualidade o cimento portland "MAUA" se orgulha do seu exclusivo emprego nesta importante construção.



Projeto  
M. M. M. Roberto  
Realização  
Escritório Técnico  
João Carlos Vital



**COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND**